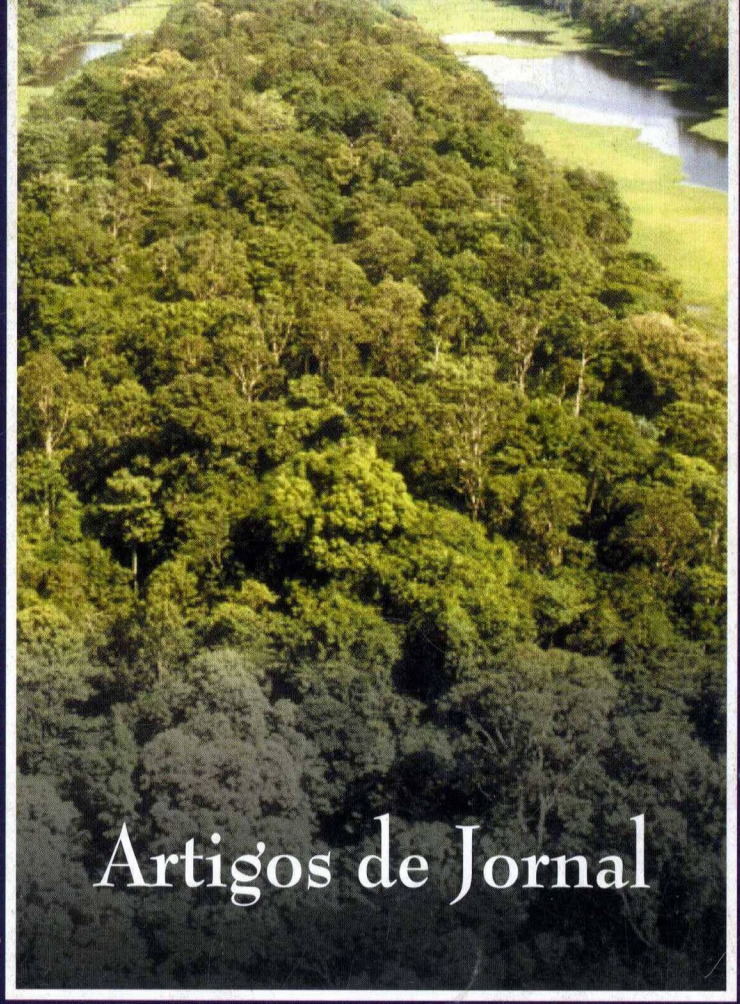


Artigos de Jornal

Coleção Documentos da Amazônia Nº 54

Fac-similado

Edições Governo do Amazonas

Artigos de Jornal

(Fac-similado)

Coleção
Documentos
da Amazônia
N. 54

Artigos de Jornal

(Fac-similado)

Coleção
Documentos
da Amazônia
N. 54

Edições Governo do Estado
Manaus - 2001

Copyright 2001 Governo do Estado do Amazonas
Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto

Acompanhamento Editorial: Editora da Universidade do Amazonas - EDUA

Editoração Eletrônica: Lídia Santos da Silva

Capa: Lídia Santos da Silva

Magalhães, Aderson, Lima, Augusto de, Rego, Costa et al.
Artigos de Jornal / Aderson Magalhães, Augusto de Lima, Costa Rego et al. (fac-similado). Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas / Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2001.
60p.: 21cm (Coleção Documentos da Amazônia, n. 54)

1. Amazônia - História I. Título

CDD 981.2 CDU 981(811.31)

O que estamos conseguindo realizar nas atividades culturais de modo geral não tem paralelo no governo. No campo editorial já superamos todas as marcas, dando oportunidade aos novos escritores, reeditando clássicos da Amazônia, reanimando autores que, de há muito, não manifestavam interesse em retornar às lides literárias, gerando emprego na indústria editorial, renda e permitindo, o que é mais importante, que as prateleiras das livrarias e bibliotecas sejam permanentemente renovadas de autores com vinculações com a nossa terra.

E ainda há muito para realizar. E vamos persistir neste trabalho de ideal e preparação do futuro.

Amazonino Armando Mendes
Governador do Estado do Amazonas

Apresentação

Em 1959 a SPVEA, Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia esteve em pleno funcionamento e era tida como célula indispensável ao efetivo desenvolvimento regional, como resultado da política imposta pela Constituição Federal, na qual foi voz principal o deputado Leopoldo Peres.

Dirigida inicialmente pelo professor Arthur Cezar Ferreira Reis a SPVEA tinha uma serie de publicações com o intuito de vulgarizar os conhecimentos sobre a problemática regional. A Coleção Araújo Lima com seus cadernos que reuniam vários escritores e pesquisadores, deu vez e voz importantes estudiosos. Este número, lançado inicialmente em 1959 no Rio de Janeiro e agora reeditado pelas edições Governo do Estado do Amazonas - Coleção Documentos da Amazônia agrupa mesmo figuras de renome. Nele vamos ler: Augusto de Lima, Aderson Magalhães, Cosme Ferreira Filho, Clovis Barbosa, Flexa Ribeiro, Huascar de Figueiredo, José Veríssimo, Raymundo Moraes Carlos Drumond de Andrade, dentre outros. Era uma seleção de artigos dados a publico na imprensa versando assuntos de interesse regional e de valorização do homem da Amazônia.

O Plano de Valorização era obra política construída e minuciosamente construída pelo deputado federal amazonense Leopoldo Peres, era engenho de salvação regional. Sua aplicação era ação do espírito empreendedor de Arthur Reis, mais era a visão jornalística de Clovis Barbosa, coordenador das edições, que fazia surgir à coletânea, garimpando aqui e ali, de vários veículos de imprensa, de diversos autores, trabalhos que pudessem efetivamente servir ao conhecimento regional.

Vamos vulgarizar para a geração de agora, com o mesmo intuito de

Clovis Barbosa, os trabalhos que ele reunia naqueles anos com esmero e dedicação, mas, sobretudo com enorme consciência de estar servindo ao futuro. E estava.

Robério Braga

F369
AM

ARTIGOS DE JORNAL

9

SPVEA

COLECAO ARAUJO LIMA

A AMAZÔNIA

Entre os erros de minha vida, que são muitos, está não conhecer a Amazônia.

A viagem seria curta, mas nós preferimos, em regra, ver o Rheno, fazendo uma viagem maior.

A Amazônia é, contudo, bem mais interessante. Vi-a, agora, pela mão - ou melhor diria pela pena - de Raymundo Moraes. É um encanto percorrê-la desta forma.

Raymundo Moraes tem, para descrevê-la, a paixão e o conhecimento da terra, tem igualmente o estilo.

Se o estilo é o homem e todo homem está em seu estilo, êsse, de Raymundo Moraes é grandioso e bizarro como a terra que descreve. Lembra o de Euclydes da Cunha, nos Sertões, mas não se parece com êle, porque não é cerrado e agreste, como as caatingas da Bahia; é ondulado e corrente, como o estuário donde emergiu.

Êste especialista da Amazônia merece a Academia. Não sou eu quem lá o colocará, mas muito me engano ou dentro em breve a Academia o há de seduzir. Que o seduza, menos por êle do que por ela, tanto a feição marcada do escritor reclama que o festejem e consagrem.

A Amazônia conquistaria ainda desta forma, a atenção da Inteligência. Seu problema é porventura um dos mais brasileiros, daqueles onde mais se esboçam as possibilidades da raça e onde mais também se estendem os desalentos dos não realizadores, tudo isto porque é grande. No meio daquela natureza para repetir a frase do escritor britânico, só o homem é pequeno.

Mas não intoxicaremos a coragem das gerações presentes com o veneno das frases passadas. O mundo vive de suas idades, das idades primitivas como das idades modernas; desde o da pedra lascada até à do ferro. Devemos estar, também, na idade da borracha.

A borracha é a Amazônia!

— Não; não é. Foi ...

Perdão, ainda é.

Os fenômenos econômicos subordinam-se à função econômica do meio. A borracha da Amazônia propagava-se, nativa, por tôda a terra amazônica. O homem não a cultivava: ia apenas colhê-la, como colheria a água do rio. O inglês, senhor dos mares, vinha buscá-la em navios seus, à trôco

de seu ouro. Levou-a um dia para suas terras asiáticas. A borracha, transplantada para lá, cresceu, produziu. O inglês achou mais interessante que seus navios tomassem a rota do Oriente, abandonando a da Amazônia.

E foi assim que a borracha do Brasil faliu.

Faliu, porque, mesmo quando só crescia na Amazônia, estava nas mãos do inglês. Era nossa, por ficção do direito territorial, mas era, de fato, do inglês, porque só o inglês lhe dava o valor extrínseco de mercadoria. Ela só era na verdade borracha a partir do momento em que os guindastes a deixavam cair dentro dos porões dos barcos inglêses. Antes disto, era um pequeno pedaço de natureza; era como a areia do fundo do estuário, era quase um machado de silex.

Desde o momento em que o inglês, possuindo-a em sua Ásia, desatracou da Amazônia seus cargueiros, a borracha do Brasil retornou à situação primitiva de coisa realmente sem dono e, pois, sem valor. A função econômica do meio faltava-lhe à vida, como a base às paredes de uma casa. A Amazônia não era bastante populosa para ter vapores batendo nos mares os vapores do inglês, nem para possuir as indústrias da borracha competindo com as indústrias inglêsas.

Mas o mundo transforma-se. Os fenômenos da vida da Humanidade estão sujeitos às leis econômicas, como os da vida do Homem às leis do crescimento. Dentro dêstes fenômenos, é possível o aparelhamento da Amazônia para produzir, manufaturar, consumir e exportar sua borracha.

Um nome popular e americano está ligado à tentativa dêsse empreendimento. Não faltou quem o considerasse com desconfiança. O mal da Amazônia, diz com espírito Raymundo Moraes, tem sido o receio de que alguém a tome.

Mas ela só valerá quando alguém, de fato, a tomar, — a tomar no bom sentido, isto é, aparelhando-a como instrumento de concorrência. Quem menos a tomaria, em um sentido ambíguo, seria precisamente o americano que dela precisa, intacta, independente, nacional, para afrontar o inglês contra o qual êle já luta por outras formas.

São estas pequenas faces do problema da Amazônia que os livros de Raymundo Moraes — A Planície amazônica, o País ds Pedras Verdes e o Dicionário de coisas da Amazônia - amplamente revelam ao Brasil, revelando, ao mesmo tempo, um escritor que será uma glória. COSTA REGO
Do CORREIO DA MANHÃ - Rio.

ARTIDOS
DE
JORNAL

ADERSON MAGALHÃES
AUGUSTO DE LIMA
COSME FERREIRA FILHO
COSTA REGO
CLÓVIS BARBOSA
FLEXA RIBEIRO

Artigos de Jornal

GILENO DE CARLI
HUASCAR DE FIGUEIREDO
JOSÉ VERÍSSIMO
M. PAULO FILHO
RAYMUNDO MORAES
CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

COLEÇÃO ARAÚJO LIMA - S.P.V.E.A. - RIO

1 9 5 9

ÍNDICE

Páginas	Artigos	Autores
Contracapas	A Amazônia	- COSTA REGO
7	Notas	- CLÓVIS BARBOSA
13	A Ditadura do Deserto	- HUASCAR DE FIGUEIREDO
21	Mudança da Capital	- AUGUSTO DE LIMA
25	A Transbrasiliana	- M. PAULO FILHO
29	A Ilha que Imigra	- RAYMUNDO MORAES
37	A Arte Ornamental dos Índios Brasileiros, uma Revolução Decorativa	- FLEXA RIBEIRO
41	A Hiléia na OPA	- FÔLHA DO NORTE
43	O Tenente Barata	- ADERSON MAGALHÃES
44	Borracha Dólar Versus Borracha Cruzeiro	- COSME FERREIRA FILHO
53	Borracha, Problema de Segurança Nacional	- GILENO DE CARLI
56	Interêsses da Amazônia	- JOSÉ VERÍSSIMO

Notícia

42	Exército na Supervisão do Povoamento e Colonização	- DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Página	Estampa	Legenda
6	Cartas do Solitário	Exemplo
13	A Ditadura do Deserto	João Huascar de Figueiredo povoa o deserto com seu espírito. Foi-se, em 1949, com 60 anos. Outro paraense com estalo na cabeça em Manaus. Blagueur. Boa cultura. Grande cartaz como advogado e jornalista. Improvisava tudo, inclusive o artigo ora destacado, mais interessante, situado no tempo. Como os demais neste caderno é retalho que cobre, ilustra a história.
20	O Presidente JK	Determinação. Brasília no tempo e no espaço.
24	Rodovia Brasília-Belém no esquema e na realidade	Mapa reproduzido de "O Observador Econômico e Financeiro".
29	Raymundo Moraes	Caboclo de olhos azuis. "Ilha que Imigra" - primeiro trabalho que escreveu sôbre a região, digno de livro. Vieram os livros. Uns 14, culminando na fluência do NA PLANÍCIE AMAZÔNICA e na maturidade do HOMEM DO PACOVAL.
38/39	Motivos marajoaras	Filados do "País das Pedras Verdes" (R.M.)
41	A "Fôlha do Norte" empurrando a Hiléia na OPA	Atualidade. Môsca azul além das "incertas verbas federais". Idéias.
42	Exército na Supervisão do Povoamento e Colonização	Notícia em caixa alta.
43	O Tenente Barata	Assim se faz a História.
45	Seringueiro correndo a estrada	Anoitece na gravura ou lá na floresta
51	Peles de borracha silvestre	Ao fundo das peles, feixes de piaçava
55	Cacaual	Propriedade do desenhista Percy Lau.

CARTAS DO SOLITARIO

Estudos sobre Reforma administrativa,
Ensino religioso,
Africanos livres, Trafico de escravos,
Liberdade da cabotagem,
Abertura do Amazonas,
Communicações com os Estados Unidos, etc.

Dr. A. C. Tavares Bastos.

SEGUNDA EDIÇÃO.

RIO DE JANEIRO
1863

A primeira edição das CARTAS DO SOLITARIO, extrahida em maio de 1862, acha-se esgotada.

Para tornar esta mais interessante, accrescentaram-se-lhe as primeiras das CARTAS publicadas no *Correio Mercantil* e não incluidas n'aquella, que so comprehendia vinte e trez artigos relativos ás seguintes questões:

Liberdade da cabotagem;
Abertura do Amazonas;
Communicações com os Estados-Unidos.

A presente, além desses, contém ainda vinte e dous outros artigos sobre:

Reforma administrativa;
Africanos livres;
Trafico de escravos;
Ensino religioso.

ADERSON MAGALHÃES
AUGUSTO DE LIMA
COSME FERREIRA FILHO
COSTA REGO
CLÓVIS BARBOSA
FLEXA RIBEIRO

ARTIGOS DE JORNAL

GILENO DE CARLI
HUASCAR DE FIGUEIREDO
JOSÉ VERÍSSIMO
M. PAULO FILHO
RAYMUNDO MORAES
CARLOS CRUMMOND DE ANDRADE

COLEÇÃO ARAÚJO LIMA - S.P.V.E.A. - RIO
1959

O tesouro das icamiabas naufragou com Orellana. Temos que espremer as fábulas dos exploradores e dos turistas mais ou menos letrados. Amazonólogos evoluídos passam a limpo as cavilações dos sábios que se divorciaram de suas especialidades. Não se pode negar que a lenda descobriu a Amazônia. As esmeraldas do Eldorado inspiraram-lhe a conquista. Fixaram-se os portugueses na terra. Expandiram, pela bacia fluvial, pelo interior da floresta, a melhor saúde da raça. Colonizaram-na com tal descortino que se ultrapassaram. Na história da civilização, esse o capítulo mais ilustre de Portugal. Sobrevivência ai épico de OS LUSÍADAS e à voga do ciclo dos navegadores que mataram o enigma do *mar tenebroso* e se aclimataram além do cabo de Boa Esperança. A bandeira de Pedro Teixeira prossegue: aprofunda-se na consciência brasileira, desenvolvendo-se em planos econômicos numa área de 5.030.190 km². Conceito legal. Tudo em "zona do caboclo", conforme Roquette-Pinto [1] Hartt limita (1872) os horizontes amazônicos na destruição da Amazônia pelo rio Amazonas. E Humboldt, lírico e objetivo, cabeça plena de ciências, arejada em 30 volumes de VIAGENS ÀS REGIÕES EQUINOCIAIS DA AMÉRICA,pronunciou a Hiléia como celeiro do mundo... Previsão bastante divulgada e soletrada.

Nosso JK tem asas para vôo continental. O Presidente acionou a Operação Pan-Americana. Com entusiasmo de crente, timbre de quem se realiza, realizando alto. Olho cá na missa de Brasília e outro no

[1] - E. Roquette-Pinto: SEIXOS ROLADOS (páginas 62/63).

pastor das matérias-primas estratégicas. Dólares para a expansão do comércio exterior. Cidades monumentais e miniaturas de metrópole, construídas pelo algodão, pelo açúcar, pelo trigo, pelo café, pelo petróleo, pela borracha, não podem esconder a vergonha inocente do pauperismo que se espicha em 20 Repúblicas mais ou menos pobres, fatalmente pobres. Algumas com indústrias em ritmo acelerado. A grande idéia do ano anterior continua grande idéia, hoje. Em luta limpa, emagrece Augusto Frederico Schmidt, o nosso embaixador. O *galo branco* acabará acordando as andorinhas do comitê. Talvez o velho sonho do Banco Interamericano do Fomento evolua, em capital, em assistência aos produtos exportáveis, na dimensão dos reais interesses da América Latina, sob a magia de valores do Itamarati.

Dentro do fenômeno histórico, estende-se a mão, acima do nível do mar, em intercâmbio comercial. O imperativo econômico se achega às regras políticas. Desde 1912, a borracha nativa encolhe safras. Dispara, ao parque motorizado, o consumo interno. Pela Transbrasiliana, pela Brasília-Belém, na avalanche recentíssima da indústria automobilística [1]. A borracha sintética amplia sua utilidade. Na Bahia, a meta da goma-elástica define a experiência de Juraci Magalhães. Com aquela habilidade com que S. Paulo *roubou* do Nordeste a primazia da produção do algodão, desenvolve agora o Estado de Carvalho Pinto a cultura da borracha, de acordo com sua importância no mercado. Gente lúcida acha que essa é a ocasião para o extrativismo da Amazônia botar as mangas de fora. Gente sofrida no meio, compreensiva à *chance* social e econômica possibilitada pela OPA, pelo capital sem fronteiras. A terra virgem, a terra de ninguém pertence a Deus. Sem mistérios, sem véu, beneficiada, a natureza melhor se oferece ao homem. Mais persuasivo o resguardo contra a cobiça externa, a fome do mundo, a

[1] – Em pouco mais de três anos saímos do zero para uma indústria (automobilística) que já investiu 50 bilhões de cruzeiros e 350 milhões de dólares, um complexo que já fatura 4 bilhões de cruzeiros mensais e deverá faturar um mínimo de 12 bilhões em 1961, ou, no total, três vêzes o valor corrente da safra cafeeira – Nahum Sirotsky: "SR", de junho de 59.

leseira doméstica: conhecido o crédito do patrimônio. Douramos a realidade íntima que nos agasalha e estimamos a riqueza no infinito. 4 toneladas em 1900; 1.100 em 1907; e os seringais do Oriente em 1910 já ameaçavam as 38.000 toneladas da floresta (Amando Mendes). Estávamos soltos, ainda, "nas colheitas fabulosas", plantando museus, teatros, jornais, palácios, avenidas, em Manaus e em Belém. No mesmo 1910, o jornalista Carlos Eugênio Chauvin, baiano naturalizado amazonense, abriu a boca no mundo, defendendo teses relativas ao plantio da borracha e à agricultura no Vale do Amazonas. Considerava, entre causas e efeitos, o seringueiro não produziu aquilo que consumia. Repercutiu o apelo no espírito público dos economistas e dos governantes... Em 1915, José Veríssimo, com a mesma segurança com que escreveu a melhor história da literatura nacional, com mesmo realismo crítico, debateu e ampliou esses pontos de vista na série de artigos INTERÊSSES DA AMAZÔNIA (O grande paraense conhecia a terra e sua gente, estudando-as com a visão ampla de Tavares Bastos. Sem concessões ufanas). Planificado, a Amazônia recebe o socorro estatal. Mas o Estado atrapalha o Estado em malentendidos dos poderes. O Congresso ignora o planejamento da técnica administrativa. Estados e Territórios, beneficiados pelo preceito constitucional, desatendem compromissos legais. No orçamento da União, joga o orçado com o arrecadado as verbas do jejum do caboclo. Em verdade, o futuro da borracha natural vem sendo defendido, concretamente, pelo governo. Vela-se a "indústria que deu territórios à Nação". Plano de defesa da borracha, em 1912; Instituto Agronômico do Norte – ciência em pratos limpos na Planície; Banco da Borracha, com maioridade no Banco de Crédito da Amazônia e Reunião de Estudo para Aumento da Produção da Borracha (1958), iniciativa do Ministério da Agricultura, harmonizando necessidades e necessitados. Semeia-se ao deserto. Deserto habilitado pelo suor do sertanejo (amazônico e nordestino) na façanha do *ciclo do ouro negro*, evidencia, aliás, omitida pelos evidentes *play-boys* que historiam a economia do país. Em dólares ou em cruzeiros anêmicos, que se leve a sério a condição humana, apurado ao imensurável do caso.

Poema... Ânimo das cruzadas nos sentimentos telúricos. Espiritualiza-se a verdade nova dos economistas. Multiplicam-se as fatias demográficas da gleba, subdesenvolvida. Saneado o Vale, povoa-se a floresta. Eqüidade na distribuição do crédito, onde o crédito tanto se honra, onde há menos falências, onde seringalistas e *aviadores*, na débâcle, entregaram ao credor comercial palácios, latifúndios, jóias de família. Pelo rio maior, pelos confins dos afluentes, mais *gaiolas*, mais *vaticanos* para mais seringueiros e mais cargas. Sobrando para a exportação, a safra. Nosso, o subsolo. Nosso, mas explorado, promovendo a fartura sem arrotos. E a técnica, instrumento também político, em comício pelos capitais fixos da produção, planificando indústrias, acolhendo os investimentos que não nos afoguem.

Mesmo os nativos concebem a Hiléia amazônica, imaginando, criando o impossível. Eduardo Ramos caçoou da moderna crítica literária da paróquia. Achou-a vesga, ausente do sentido clássico das proporções. E danou-se a pé com ela até à Idade-Média, quando os paisagistas mal situavam figuras entre os planos e dimensões. Esses pintores "desenharam estampas em que se vêem dromedários mais altos que catedrais"... Lembramos o esteta, com sua malícia, como barreira aos equívocos dos tropos ou da mística, mesmo nas imprevisíveis harmonias do sexto sentido.

Os dromedários, esculpidos ou espalhados, funcionalmente, na estética de RETALHOS E BISALHOS, alargam as perspectivas do presente opúsculo. Mais em benefício da comunidade... no quadro. E a arte, aqui preconizada pelo Flexa Ribeiro, vence os séculos, revelando o homem do Pascoval. Gigantismo levado a sério, em função de brasilidade. Amplitude que se perde na memória. Água demais, alagando a floresta sem fim. Os problemas do crescimento da imensa terra caçula. Preconceitos, teoremas, soluções. Em tudo isso, estende-se o *dromedário* em estado de graça, em exercício,

mesmo quando morto. Maior que a realidade. Como aquêle tipo que, em OS PESCADORES, Raul Brandão nos apresenta. Sim, *dromedário*, nadando nas coisas profundas da Amazônia... O *dromedário* domina a fôrça política mais viva da sociedade brasileira. Esclarece o povo. Tem remédio para todos os males. Sabe tudo: escreve a respeito de tudo. Ziguezagueando pelos plantões, pela *cozinha* das redações, forma-se em geografia humana. Encarapita governos, elege banqueiros para legislar, navega contra o executivo nas ondas da carestia, e vive com o cinto apertado, e morre de mãos abanando, limpo, pobre. A consciência profissional projeta-lhe legitimidade, hierarquia. João Barafunda criou escola entre os militantes boêmios. Denominam-se dromedários, entre si, eminentes jornalistas. Já avelhantados, sentido a dor universal na cacunda, gemem, em crônicas literárias, desencanto florido. E adoecem da nostalgia dos desertos desconhecidos.

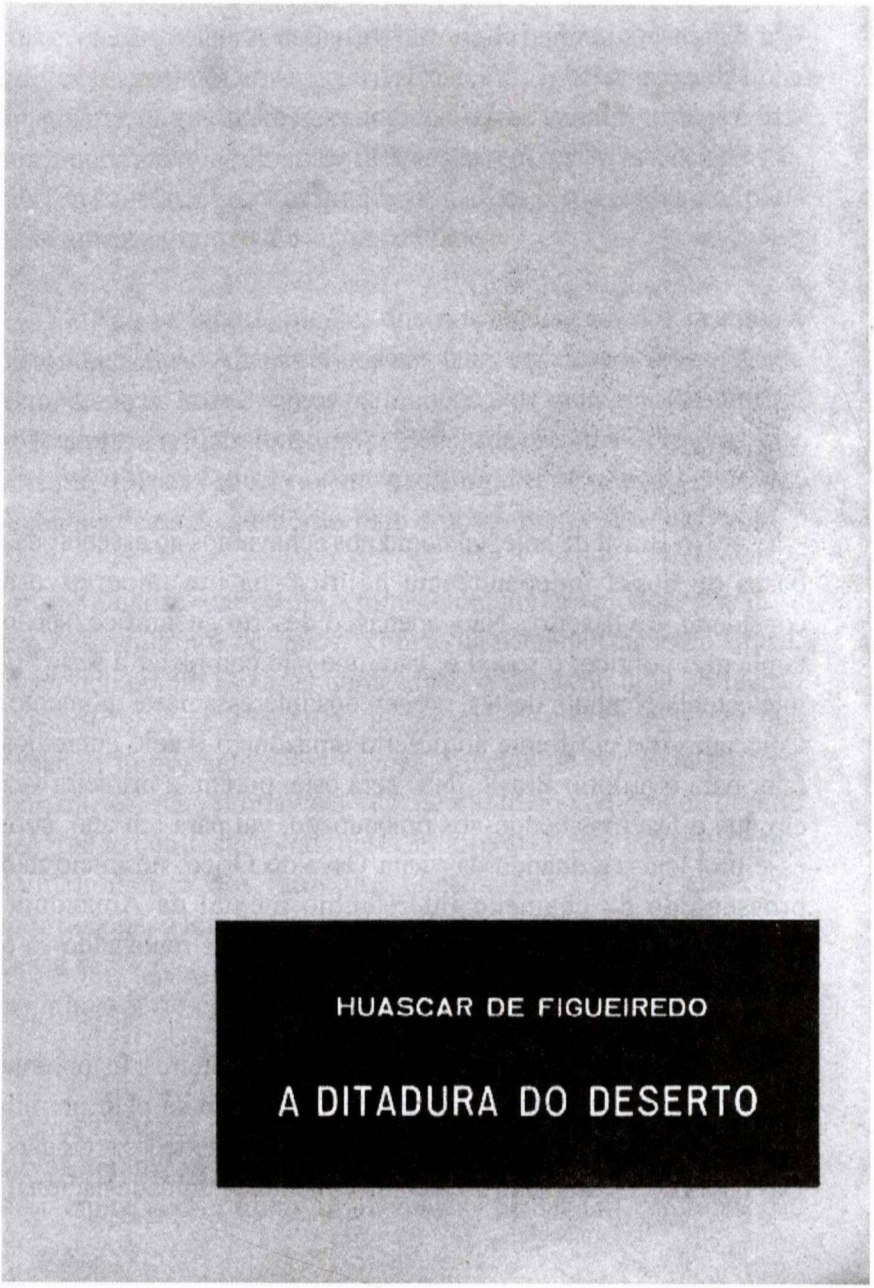
Todos os caminhos se encontram no jornal e terminam no cemitério. Acontece. Aconteceu. Dia a dia, morre a notícia. Nasce o foca e fina-se o escritor à procura da verdade de ninguém. As contingências do cotidiano se iluminam em tópicos, editoriais, depoimentos, reportagens que logo se apagam. A vida continua. O útil e o inútil se despem, instruindo novos segredos ao homem. O livro vem consagrando as crônicas improvisadas em jornal. Do redemoinho, da moda veloz perduram assim páginas de estética, de lirismo, de cultura, de psicologia social. Fixam a poeira e o caminho. Fixam a alma e as vísceras do figurão; a idéia influente; o nacionalista em transe ante o círculo de giz; instantâneos pictóricos; a agonia do sol internando-se na floresta; reminiscências fecundas; o frívolo afinado entre gente bem; ou a reflexão através da pesquisa folclórica. Páginas em cuja atmosfera ninguém boceja. Depurados os elogios aos amigos de palha, as alegorias sibilinas, as sementes tóxicas, cose-se a matéria multíplice na peça que concilia a personalidade, reflorescendo as belas letras, em obra às vezes definitiva, acolhida pelo mais severo

historiador. Deste modo, temos à mão CARTAS DO SOLITÁRIO, de Tavares Bastos, CARTAS DEVOLVIDAS, de João Ribeiro, FIGURAS, de Constâncio Alves, APARÊNCIAS E REALIDADES, de Gilberto Amado, CRÔNICAS DA PROVÍNCIA DO BRASIL, de Manuel Bandeira, artigos escolhidos de Patrocínio Filho, da Raquel, do Rubem Braga, as pasquinadas de Antônio Torres. Numerosos volumes deste quilate se engravatam na literatura acadêmica. João Ribeiro com "aquela espécie de misericórdia que ele gostava de ter para consigo mesmo" confiou a familiares e os familiares à história:

— Em dez artigos, eu quero salvar apenas um ... O resto é coisa que não presta para nada ... [1]

Saiu, em 14.6.59, n'O JORNAL,
fundação de Henrique Archer Pinto

(1) Múcio Leão; JOÃO RIBEIRO – Editorial Alba Limitada (1934) – página 184.


HUASCAR DE FIGUEIREDO
A DITADURA DO DESERTO

No Brasil de hoje, tal como nos achávamos ao assentar das bases de nossa independência política, há um imperativo a considerar – o deserto. Não, apenas, o deserto geográfico, senão também o político, o social e, para que não completar a série? O intelectual. Nenhum destes, porém, nos interessa neste momento. Colocamo-nos em frente ao deserto amazônico e dele queremos falar para o próprio Brasil. Não será esta, porém, a primeira vez em que o fazemos, tendo-nos preocupado, vai para um ano, com esse problema, a quando da visita Osvaldo Orico, no início não prosseguido do chamado intercâmbio mental da Amazônia. Entretanto, não se recordam impressões antigas, renovando-se o problema sob outros prismas.

Jamais se poderia negar à atualidade brasileira a fisionomia preponderante da evolução partidária, pugnando-se pelo prêmio cívico das necessidades nacionais acima das competições regionais. Das bases do separatismo ao reconhecimento da unidade nacional,

cuja evolução melhor se definiu na história do regime monárquico, não é difícil traçar uma demarcação de fronteiras. E nesse traçar da linha imaginária, que os interesses atingidos, talvez, modifiquem ou corrijam, imprimindo-lhe diretrizes inesperadas em curvas ascencionais, é-nos forçoso reconhecer os grandes trabalhos já realizados e os perigos e ameaças, que os têm acompanhado.

Não se julgue, porém, que nos abalançamos a resumir a história política. Apagamo-nos aos fatos dos nossos dias e, desde logo, como se estivéssemos na iminência de uma grande surpresa apocalíptica, refugimos à imprevidência de recordar exemplos, que seriam, talvez, motivos de prolongamentos e discussões, reconhecidamente aleatórias para o nosso ponto de vista.

Diga-se, entretanto, em testemunho da verdade, que já se fez, nestes últimos dez anos, o início da nacionalização do Brasil. O serviço contra as secas nordestinas, a cargo de uma obrigação constitucional da República, independente dos prismas por que encarem outros interesses, é uma cruzada de brasilidade: fixa, ampara, assiste e promove a vida de um trecho do grande deserto geográfico do Brasil. Ainda desta feita, os exemplos são supérfluos. Evidenciam-se dos fatos dos nossos dias. E não nos deve impressionar a indagação sôbre a quem se deva atribuir a iniciativa desse serviço — ele sempre existiu, mas não havia recebido o sentido próprio de sua finalidade.

Ao traçar de um livro de impressões aéreas do Brasil, no bosquejo de um retrato da terra, a que se chamou vertical e que, talvez, melhor se enquadrasse na definição das linhas paralelas — a precipitação vertiginosa das viagens aéreas em contraposição

com a morisidade brasileira dos problemas do povoamento: cidades pequenas e distanciadas, estradas que morrem no início do seu delineamento, afogadas pela floresta, enormes extensões territoriais sem a vida organizada dos grandes e dos pequenos centros de trabalho – umas e outras, como se escolhidas pelo capricho de um paradoxo político, no verdadeiro sentido do termo, - levadas para o futuro pela coincidência do tempo e do espaço – Raul de Pollilo assinalou essa fisionomia da terra brasileira: o deserto.

E se assim ele reconhece nas paragens em que demoram os esforços da raça, ao serviço dos centros maiores da nacionalidade, - observação que se confirmou através das páginas de Stefan Zweig – que não diríamos do deserto amazônico, lâmina de vidro que se gasta e se corrói ao contacto fronteiriço de meia dúzia de nacionalidades, maior reunião brasileira de lindes com o estrangeiro?

Ponderem-se algarismos das estatísticas demográficas – a nossa população, incluindo o Pará, o Acre e o norte de Mato-Grosso, na proporção do território, exprime-se na unidade para cada quilômetro quadrado. A desproporção agrava-se pela concorrência dos embevecimentos brasileiros pela orla marítima e pelos males, também brasileiros, da supremacia das cidades sôbre as terras de produção.

Não pesam, nesse desenrolar de argumentos, os prodígios de energia, que essa população realiza – as cifras da exportação amazônica, na base numérica da gente, quando posta em confronto com os demais Estados brasileiros, é um paradigma de esforço vitorioso.

Mas, o de que nos preocupamos, não é essa inferioridade de população. O deserto amazônico não o seria integralmente se não fosse um quadro histórico do próprio Brasil – terra deserta.

Por mais de uma vez, em momentos de agitação partidária, quando as promessas se fazem, inscrevendo-se como lema heróico de bandeiras e programas, apareceu o problema do povoamento da Amazônia, que se apresentava, no resumo das necessidades nacionais, entre os mais urgentes. Da mesma forma, quando foi da Constituinte de 1934, o deputado Arthur Neiva, nome dos mais ilustres nos meios econômicos do Brasil, compreendendo o alcance da nacionalização, que o caso nordestino do problema das secas, com as suas garantias de financiamento, representava, não lhe quis consentir na restrição do seu prolongamento corolário, que era o do povoamento da Amazônia, com a fôrça imperativa e sistemática de um verdadeiro problema nacional.

Esse surto de alta visão política, entretanto, não logrou aceito no plenário da Constituinte, ainda que o amparassem os votos das bancadas mais interessadas na sua realização – Amazonas, Pará, Goiás, Mato Grosso e Acre.

Não fora a característica própria do momento nacional, quando se formulam programas e se recapitulam os casos constitucionais mal resolvidos na carta de 1934, falando-se à consciência do país, nos primeiros casos e construindo-se a nova nacionalidade, no segundo, expurgando-se o regime dos exageros provindos da chamada era revolucionária, em ambas as hipóteses, não haveria oportunidade para ser agitada essa controvérsia de interesses.

O combate à ditadura do deserto, ao longo das terras do Brasil, deve ser a fórmula mais premente de qualquer cogitação de ordem política. No conjunto trágico das nossas ansiedades, quando o espírito brasileiro mais parece arrecear-se de surpresas, na iminência de graves acontecimentos, tem mais relevância o problema do povoamento da Amazônia do que se possa imaginar à primeira vista. Essa preeminência política decorre de duas ordens de fatores, independente do ponto de vista pròpriamente nacional – o prisma das contingências continentais, o aspecto das ameaças internacionais.

É que, no segredo das predisposições amistosas, que alimentam e quase que predominam na harmonia diplomática das relações sul-americanas, há interesses que se não descuram e ambições que se não esquecem, as quais se estão desenvolvendo e tecendo a trama misteriosa de uma situação tenebrosa para o futuro. As derivantes econômicas do Continente, auridas no âmago das terras altas da Bolívia e das Repúblicas do Pacífico, desviaram-se, no sentido das vertentes do Paraguai, para a Argentina. Resta, porém, um outro centro de recursos dessa natureza, que não podem ser desviados dos mananciais do Amazonas, tendo o seu escoadouro normal pelo sistema hidrográfico do Madeira e do Purus, do Javari e do Solimões, do Negro e do Japurá. Se é certo que destes últimos ainda há muito que esperar, como realidade política de conflito econômico, o do Madeira é um problema que está a espera de uma solução imediata.

Para os que se dedicaram ao estudo das possibilidades de vida no Brasil, esse esquema político é dos mais palpitantes de interesse. Temos de vencer a ditadura do deserto no Brasil, mas a da Amazônia, não se lhe dando a forma imediata de uma equação

nacional, trará para a outra a certeza do seu aniquilamento. Se o Brasil não vier para a Amazônia, antecipando-se às raças que lhe podem dar solução ao seu deserto, a derivante econômica e as conseqüências políticas do abandono se tornarão irremediáveis.

Enquanto estivermos figurando na carta das necessidades brasileiras pelo símbolo do deserto maravilhoso, acoimado de inferno verde e de paraíso perdido, o problema político do Brasil não estará resolvido – o de sua autonomia, de suas prerrogativas de soberania, de progresso e de segurança. Seremos escravos da ditadura do deserto.

Transcrito d'A SELVA, de Manaus, panfleto de Clóvis Barbosa. Número de setembro (1937)

MUDANÇA DA CAPITAL

Augusto de Lima

Três anos depois da independência nacional, aqui se confabulou em conselho de estadistas sôbre a conveniência da mudança da capital do império para um ponto do interior. Por esse tempo, o "Universal", órgão oficioso e bem autorizado, redigido e colaborado por políticos eminentes, entre os quais José Pedro Dias de Carvalho, levantava a mesma idéia, com justificações em argumentos de sólido valor.

Uma capital deve possuir todas as condições de defesa e garantia para o governo e ser o foco de convergência e de irradiação para a nacionalidade. Entendia o redator do "universal" que à cidade do Rio de Janeiro faltavam as qualidades mais elementares para permanecer como a capital do país. Porto aberto e insuscetível de uma fortificação eficaz, o governo do império, mal erguido da independência, não se devia sentir nele bem tranqüilo. Naturais seriam as preocupações de ordem política interna e externa da nova pátria, cuja soberania tinha a sua cabeça descoberta e exposta às eventualidades possíveis. Já se alegava naquele tempo a inconveniência de terem os poderes públicos a sua sede num centro de população densa, atuada por influências cosmopolitas, dentro de um ambiente facilmente saturável do espírito faccioso, tão freqüente nas crises políticas. Os publicistas do império escreviam estas coisas com a experiência dos ataques e desordens, de que havia sido teatro, nos tempos coloniais, o Rio de Janeiro.

Fatos posteriores vieram corroborar as razões da conveniência de mudança da capital, e de tempos a tempos ressurge a idéia já aventada em 1895.

Na constituinte republicana a mesma idéia preocupou inteiramente um grupo de congressistas, que conseguiram tornar vitoriosa a mudança, adiantando até a sua execução, com a ordem para ser demarcada a área destinada à futura cidade. E a execução, que se iniciou com grande energia, ficou paralizada, como sempre acontece aos atos administrativos, cuja realização não cabe nos quatro anos de um govêrno.

E o famoso planalto central, destinado a receber a capital da República, lá ficou nos sertões com os primeiros marcos, perdidos como buriti do meu saudoso Afonso Arinos.

Com o governo Campos Sales, surgiu de novo a idéia, e desta vez preparada com hábil urdidura na redação do "Jornal Mineiro", de Ouro Preto, redigido por Alcides Medrado e Cipriano Ribeiro, a que eu prestava, com pena oculta, a minha humilde colaboração.

Um pequeno suelto daquele periódico noticiou que se cogitava nas rodas políticas de fazer passar uma lei, mudando a capital da República para Belo Horizonte. No número seguinte enumerava o "Jornal" as diversas medidas que seriam postas em execução para aquêle fim. A notícia divulgou-se em prestígio de verossimilhança, porque, na mesma ocasião, visitava o presidente Campos Sales as cidades de Belo Horizonte e de Ouro Preto. Se alguma dúvida houvesse ainda, teria desaparecido com a apresentação solene do projeto Sá Freire, amparado pela bancada do Distrito Federal, mudando a capital para Belo Horizonte. A coisa era tão iminente, que chegou a provocar um formidável artigo de ataques do eminente senador Rui Barbosa, então redator-chefe da "Imprensa", o qual não hesitou em escrever que seria mais fácil desaparecer a República do que ser removida do Rio de Janeiro a sua capital.

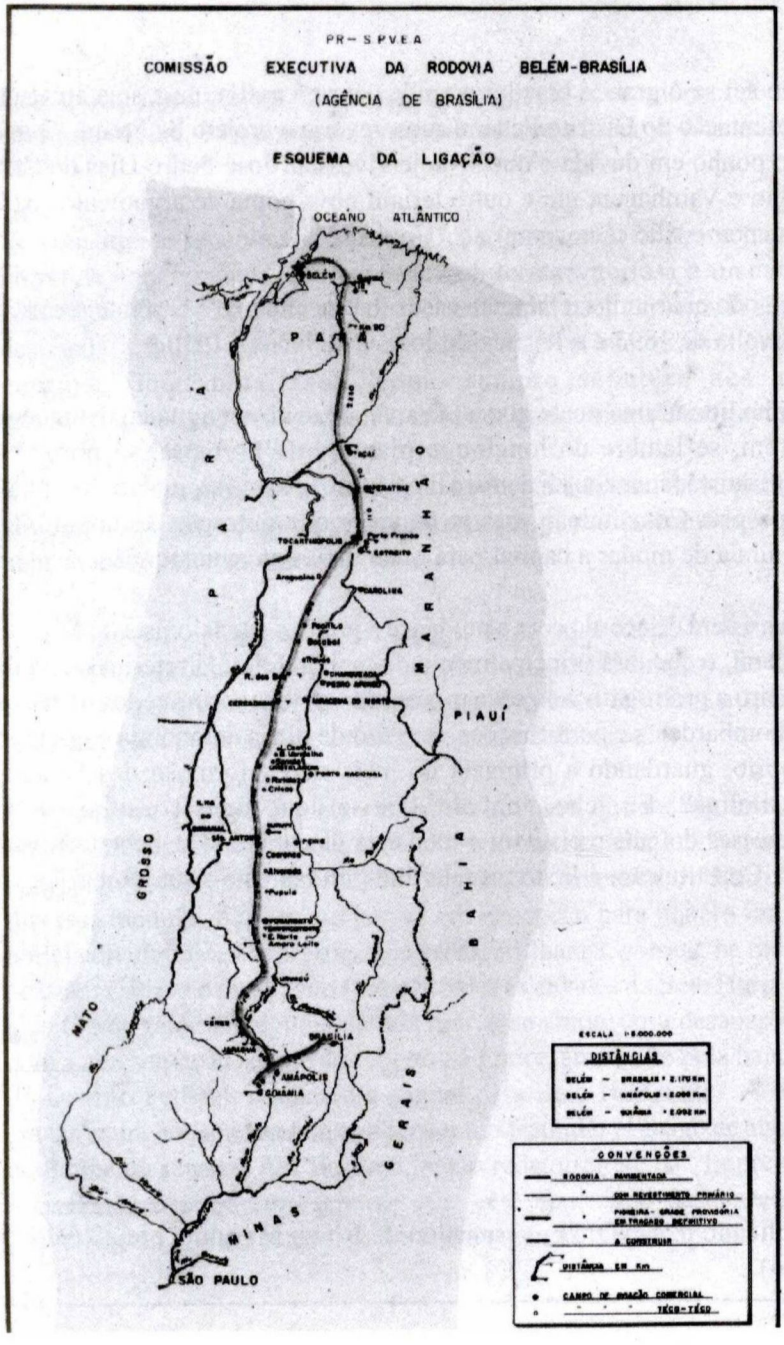
Não sei se o grande brasileiro ainda pensará assim, nem se a atual representação do Distrito Federal subscreveria o projeto Sá Freire. O que não ponho em dúvida é que se hoje vivessem José Pedro Dias de Carvalho e Varnhagen, um e outro teriam nova cópia de argumentos para sustentar o que escreveram no "Universal".

Para não citar indiscretamente casos internacionais, é bastante recordar a revolta de 1893 e o levante de João Cândido em 1910.

Tenho lido ùltimamente que a idéia vai de novo ser agitada. Ninguém, porém, se lembre do longínquo planalto da Formosa, só porque a Constituição mandou ali demarcar o terreno. Nunca se mudaria a capital. A própria Constituição, nas atribuições que outorgou ao congresso, incluiu a de mudar a capital para onde mais conveniente fôr.

Mas, estará de acordo com a mudança a política situacionista do Distrito Federal, e que dirá principalmente o atual prefeito? Preferirá o Rio de Janeiro a prerrogativa de sede precária do governo, com todos os riscos de bombardeios e perturbações, ao gozo de plena autonomia e governo próprio, guardando a primazia do mais rico e formoso dos Estados brasileiros? Eu acho, contudo, que se deve antes consultar se os interesses do país reclamam a mudança da capital, e se decretada esta pela Constituição, é lícito protelar indefinidamente a sua execução.

Publicado n'A NOITE, vespertino de Irineu Marinho, em 28.6.1919 (Rio)


PR-SPVEA
COMISSÃO EXECUTIVA DA RODOVIA BELÉM-BRASÍLIA
(AGÊNCIA DE BRASÍLIA)
ESQUEMA DA LIGAÇÃO
OCEANO ATLÂNTICO
PARÁ
MARANHÃO
PIAUÍ
BAHIA
GOIÁS
MINAS GERAIS
MATO GROSSO
SÃO PAULO
BRASÍLIA
ANÁPOLIS
GOIÂNIA
TOCANTINÓPOLIS
PORTO NACIONAL
ESCALA 1:8.000.000
DISTÂNCIAS
CONVENÇÕES
RODOVIA PAVIMENTADA
COM REVESTIMENTO PRIMÁRIO
PRIMEIRA - GRADE PROVIDÊNCIA EM TRAÇADO DEFINITIVO
A CONSTRUIR
DISTÂNCIA EM Km
CAMPO DE AVIAÇÃO COMERCIAL
TÉCO-TÉCO

A TRANSBRASILIANA

M. Paulo Filho

ALBERTO RANGEL fez uma grande injustiça, quando chamou a selva amazônica de Inferno Verde. O escritor tinha sedução de estilo e exageros de imaginação. Criou para a imensa, bárbara e agressiva região – cujo aproveitamento útil se faz agora numa área superior a 1.867.000 milhas quadradas, ou seja no vasto, e até há poucos anos inacessível plateau de lendária bacia – a fama de lugar que Deus amaldiçoou. O seu pessimismo literário, sem embargo do deslumbramento de que se viu possuído como testemunha pessoal, deu a entender que por lá a vida humana não seria presumível, no que, com a injustiça, cometia evidentemente um engano histórico-geográfico.

Outros escritores e sociólogos menos avisados assustaram-se com a presença, nessas paragens imensas, da técnica, da ciência e da civilização, vendo nisso tudo, no impulso do movimento do litoral para o centro, o olho grosso da cobiça estrangeira. Mas se a terra era amaldiçoada e se era nela arriscado viver, por que temer a invasão e a ocupação, por hipótese? Depois vieram os receios de

que a Amazônia tratada seria uma Amazônia desflorestada, com a pelada das matas e a saarização de suas terras. Um ex-presidente *da República, que por lá jamais se perdeu, tornou-se o guarda* vigilante contra a Hiléia, apontando aqui os fantasmas que, à custa dela, na região se instalariam como donos de todo aquêle mundo ignorado. Não se apercebia do que era precisamente e circunstância das áreas desérticas, onde o problema sócio-econômico-demográfico não se achava nem ainda vagamente armado em equação, que fazia com que os argumentos fossem insinceros a favor dos interesses humanos que deviam prevalecer sôbre as convenções de natureza política ao longo de fronteiras protegidas pela presunção de soberania nacional.

A Amazônia de hoje não é mais nada do que pensava e propalava à distância. Abre caminhos à fixação do homem ao solo, garantindo-lhe trabalho, produção e riqueza. Vence e vencerá os seus próprios destinos. O atual governo do sr. Juscelino Kubitscheck quis mostrar que de agora por diante ela estará entregue a si mesma, mais brasileira do que nunca. Faz-se a ligação física do país por essa rodovia Brasília-Belém. É preciso ter a compreensão do empreendimento, numa extensão de 2.208 quilômetros. Ou 2.276, segundo outros. De qualquer sorte, o rio Amazonas, seus afluentes, e mais a transbrasiliana Belém-Brasília-Bagé, a descer do extremo-norte ao extremo-sul, com os seus ramais de todas as metrópoles litorâneas confluindo para o tronco central, porão fim à maldição do isolamento, a pesar sôbre a selva bravia e confinada.

Tive a oportunidade de contemplar de perto a obra ciclópica. Sem vê-la não se tem uma idéia do que seja. É um esforço quase sôbre-humano. Para julga-lo, levando em conta apenas as despesas inevitáveis, seria um erro de psicologia. Disse o ministro da Fazenda que nessa Rodovia poderia encontrar-se a melhor aplicação de recursos do Plano de Valorização da Amazônia. E o Superintendente desse Plano, que o executa, afirmou, com inteira razão, que a "vinculação terrestre da Amazônia com o Brasil Central, como agora se projeta, comunicando o seu vasto sistema fluvial aos demais sistemas rodoviários do nordeste e sul do país, está para o desenvolvimento regional como esteve, no passado, a abertura dos portos à livre navegação".

O presidente da República parte do princípio de que não há ideal sem real. Dir-se-ia um mestre-de-obras compenetrado das funções. Não tem, é certo, o dom divino de ubiqüidade, mas faz questão de estar em toda a zona onde se trabalha para que a Brasília-Belém, em pouco tempo, esteja entregue ao tráfego regular e normal. Tudo vê, tudo indaga, de tudo quer saber. Conduziu domingo último uma comitiva, na qual me incluiu, para que esta testemunhasse que seria ele mesmo, trepado num trator e por outro ajudado, o derrubador de um jatobá de cerca de 40 metros de altura com um tronco de dois metros de diâmetro. Era a derradeira árvore, em Açailândia, ou Açaí, gigantesca e centenária, que ainda impedia a junção da Rodovia do lado amazônico com o trecho do lado de Brasília. Só não o conseguiu porque o jatobá heróico resistiu. Depois de suas horas de investida, como a tarde caísse e não se afigurasse prudente voar à noite, de regresso, com a sua comitiva,

até Belém, sem campos de pouso senão a própria estrada ainda não asfaltada, nem macadamizada, o presidente afastou-se. Deixou os tratores com os seus manobreiros. Mas teve a satisfação de, antes do seu Viscount erguer-se do solo, ver a árvore tombar, simbolizando, na queda, a esperança de que está próximo o dia em que da Amazônia misteriosa só restarão as lendas e as fantasias. 7/2/59 – Rio.

Do "CORREIO DA MANHÃ que Edmundo Bittencourt fundou.

Raymundo MORAES

A ILHA QUE IMIGRA

De O ESTADO DO PARÁ – matutino fundado por Justo Chermont e dirigido por Santana Marques.

A tese da incorporação da ilha de Marajó ao continente, sintetizada nestas linhas, é original. Caso curioso de dinâmica potamológica, nenhum geógrafo, nenhum hidrógrafo, nenhum geólogo, nenhum naturalista, enfim, mesmo dos que têm palmilhado a Amazônia, observou esse fenômeno extraordinário de uma ilha que, pela erosão dos ventos, das vagas e das chuvas, num flanco, e o depósito da vasa, a sedimentação, no lado oposto, cruzasse a corrente, desagregando-se de uma margem da bacia para se agregar na outra.

Nenhuma região do planeta possui a literatura científica da Amazônia, El-dorado dos aventureiros e foco da atração dos sábios. O desavisado que mergulhar porém nessa leitura, farta e maravilhosa, ao cabo de breve tempo fica estarrecido ante as contradições que verifica. Humboldt afirma, Wallace nega. O padre Fritz garante, Coudreau contesta. La Condamine assevera, Maury discute. É um verdadeiro labirinto de opiniões, no qual sòmente se penetra, seguro, guiado pelo fio de Ariadne do conhecimento direto, observado "in loco", de forma a distinguir quando o geógrafo erra e o botânico acerta. O naturalista tem

que ser policiado pelo curioso. A ilha de Marajó, quase tão grande como Portugal, sempre foi objeto de várias pesquisas científicas. A hidrografia, a botânica, a etnografia, a paleontologia, a zoologia, a geologia, a antropologia, e a própria história política do Norte, pelo estudo dos especialistas, não transpõem a embocadura do Amazonas sem fixar, demoradamente, nos mais vivos traços, o antigo "habitat" dos neengaíbas. Tem esse rincão o destaque dum baluarte que vigiasse, à borda do oceano, o movimento transformador da natureza através dos astros e dos vermes, das correntes marítimas e aéreas, das linhas isotérmica e equinocial, a fim de o comunicar a todo o vale. É o palimpsesto medievo que, estendido na gleba marajoara, regista pelas manchas tipográficas, pelos frisos dágua, pela variedade vegetal, pelo arrepio atmosférico, o trabalho que se realizou ontem, que se realiza hoje, que se realizará amanhã. A geologia, na clarividência exuberante de Frederico Hartt, reconstituiu a perdida expressão geográfica do Amazonas: era um mar interior, depois do período glacial entrevisto por Agassis. Reclus, em cálculo atrevido e complementar, achava-o maior que o Mediterrâneo do Velho Mundo e mais vasto que o grupo dos lagos canadenses, donde sai o S. Lourenço. A muralha de Leste, que fechava a plutônica e comprimida massa líquida, com a elevação geogênica dos Andes, no Ocidente, partiu-se, esfrangalhou-se, esboroou-se, abrindo passagem, rumo ao Atlântico, às águas retidas. Marajó fez parte dessa comporta. É um bloco fragmentário do paredão que ia da ponta do Tijóca ao cabo do Norte. Agassiz observou no corte marginal do Igarapé Grande, em Soure, a mesma estratificação terciária do solo fronteiro, idênticas espessuras e disposições ns

camadas de argila, de grés e de quartzo. Constatou ainda a semelhança do "fácies" marajoara com o "fácies" vigiense por uma floresta submersa, escondida, num e noutro litoral, sob a turfa aluviônica. Ninguém nega, portanto, depois destas esplanações científicas comprovadas por Walter Bates e Martius, corroboradas por Orville H. Derby, companheiro de Hartt, e ratificadas pela observação geral, que a sentinela formidável, baliza do vale amazônico, se destacasse do continente. A longa faixa litorânea que vai de Ponta de Pedras a Chaves, envolvendo todo o quadrante de Nordeste, aberta aos ventos largos do mar e batida pelos vagalhões oceânicos, ergue-se em alcantil desnudo, mostrando, na barranca grotada, a fúria destruidora das ondas e o fio cortante dos alíseos. A terra, pedra, a areia desses taludes, no corte vertical e abrupto, recordam a mesma terra, a mesma pedra, a mesma areia dos taludes ribeirinhos do Mosqueiro. E a semelhança estende-se de farelhão a farelhão nesse arquipélago disseminado ao flanco do estuário. Cotijuba, Tatuóca, Arapiranga, Carnapijó, Capim, como restos do desmoronamento ciclópico, lembram idêntica origem na parcela fragmentícia das matérias sobrepostas. Mas, se a vaga marítima rói o litoral, diminuindo as áreas insulares nas extremas de barlavento, o rio, lado oposto, num trabalho construtor, aumenta-lhes o perfil com a depositação de sedimentos. Na orla marajoara o caso assume proporções excepcionais de erosão e crescimento. A ilha desbarranca-se pelo oriente e amplia-se pelo Ocidente, marchando lenta e insenvivelmente, para a margem contrária, num esforço cego de incorporação. Atravessa o vale. Passa-se, por misteriosa função potâmica, em linha diagonal, dos "firmes" para as várzeas, numa

imigração telúrica que alarma os geógrafos e altera, de golpe, todo o aspecto fisionômico da embocadura amazônica. Quem estuda estas questões na cartografia histórica, desde os tempos recuados das incursões batavas, no século XVII, perturbadamente reconhece as alternativas nos contornos, o diminuir e aumentar das lindes no refranger das angras e no dilatar dos cabos. A terra, no entanto, se degrada e se regenera. Na ação hídrica e eólica dos lados do mar, no sobrepor da vasa fina e sedimentícia das bandas contrárias, anda uma atividade surda de metamorfose. O fundo desigual e movediço, nos mapas, que devia acusar, pelo cálculo batimétrico, sensíveis e constantes variações, ora se desdobra inalterável, indicando repetições compiladas, ora se abre num claro, virgem de números e cifras, que comprova a desvalia do documento. Confrontem-se s projeções traçadas em 1610 por Johannes Blaeu, em 1689 por P. Coronelli, em 1707 pelo padre Samuel Fritz, em 1780 por Belin, em 1882 pelo Hidrographic Office Washington D. C. com os planos de Calheiros da Graça, Henrique Santa Rosa e Barão Homem de Mello. Ou surge o contraste chocante, absurdo, de maneira a parecer que o exame é feito sôbre cartas diferentes, de regiões polarizadas, ou se repetem as mesmas curvas, os mesmos traços, as mesmas profundidades, de acordo com os originais copiados. As alterações, no espaço e no tempo, decorrentes, certo, dum ciclo geológico que se fecha ao fixar na terra a calha formidável dum rio, escapa ao estudo de gabinete, emaranhado pela disparidade ou desvalorizado pela semelhança. Seria necessário ver, passar através da faixa arboral do futuro istmo, navegar-lhe os veios e as baías que se estreitam e secam debaixo das vistas duma geração, para concluir que Marajó anda

a incorporar-se ao continente. Daqui a alguns séculos, a ilha memorável de hoje, será simples fantasia geográfica, tão pitoresca na história como o são agora as insulas de Marco Pólo. Vai suceder o que sucede atualmente com o Tocantins. O fato de se discutir se esta caudal é ou não afluente do Amazonas deriva de uma verdade, transmitida pela reminiscência, de selvícola em selvícola, de tribo em tribo, até ao reinol das descobertas. É a memória autóctone recontando o aspecto remoto dum trecho do Orbe com a mesma fidelidade, o mesmo colorido, o mesmo calor dos gregos, quando recontavam, pelo canto comovido, os poemas de Homero. Realmente, o Tocantins era tributário do Amazonas. Quando as águas do grande vale abriram caminho para o mar, duas volumosas torrentes contornaram Marajó, penhasco que ficara ao centro do desaguadouro. A que fluía pelo Sul, em viva curva elítica, recebia na altura no faol do Mandihy a descarga verde-claro das afluências tocantinas e lançava-se depois no azul-glauco do Atlântico por entre as pontas do Maguari e Salinas. A que derivava pelo Norte, em trajetória reta, perdia-se no oceano depois de Chaves e Macapá. As correntes equatoriais marinhas, porém, que as cruzavam marchando para o Setentrião, forçaram a segunda dessas cordas a uma flexão ao rumo das costas guianenses. O desvio influiu na diretriz dos canais interiores, que se começaram a encostar à esquerda do estuário, como se os atraísse a linha ideal do Equador. A caudal que se bifurcava abaixo de Gurupá, em virtude do fenômeno, passou a fornecer menor volume ao braço que banhava Marajó na região meridional. Em pouco tempo o fluxo e refluxo da maré atlântica invadia, subindo, a artéria enfraquecida. A sedimentação, com o

esmorecimento da correnteza e o rebalsamento conseqüente das águas, precipitou-se. Surgiram restingas, praias, baixos, bancos, ilhas, arquipélagos. Rasaram-se os passos. Baías enormes mal possuem, hoje, a chanfradura dum rego, por onde a quilha das embarcações, miúdas e transatlânticas, tateia a derrota. Porque é preciso registar uma anomalia nos roteiros: a via menos profunda, a que envolve o Sul de Marajó, é a preferida para o trânsito de Belém a Manaus, nos derradeiros dias deste seu período navegável. Os estreitos se ganglionam, os álveos se entulham, a terra se eleva. Há prumadas de 30 pés, de 28, de 24, de 22, como no Furo Grande. Os maiores paquetes da Booth Line principiam a buscar outras passagens, até serem obrigados a marchar pela verdadeira foz, entre Chaves e Macapá, depois de dobrarem o cabo do Maguari, restabelecendo dessa forma a derrota dos tempos da conquista, por onde subiam e desciam, de velas pandas, os holandeses, os ingleses e os franceses. O leito levanta-se desde o farol de Mandihi à derradeira volta do Ituquára, num trajeto formidável de 150 milhas. Falta-lhe a circulação abundante dos idos imemoriais, o peso aquoso de outrora. O comprimento do braço atualmente quase condenado será convertudo na largura do istmo. É a solda que vai ligar Marajó às várzeas continentais levantadas a jusante de Gurupá. Ora, tal escândalo dinâmico de potamologia, no construir de verdejante arquipélago, no secar de larga faixa submersa, e no alterar o perfil maremático da garganta deste gigante flúvio, não modifica sòmente a geografia, modifica a história também. Impedira a singradura por ali, como explicar depois a expedição de Pedro Teixeira, que subiu por essa estância, na aventura de devassar o sertão? Os pequenos filetes dágua que

conseguem hoje atravessar do estuário amazônico, pelos furos de Breves; para o estuário tocantino, já deixam de figurar como elementos dum rio captador. É o senso das proporções que o proclama. De sorte que o Tocantins, tributário do Amazonas em épocas longínquas, com a alteração geológica que se observa na incorporação de Marajó ao território Sul da bacia, passou a ser o real captador. E quando o grande bloco insular estiver completamente ligado ao continente, num recorte escandinavo, vagos serão os vestígios denunciantes da confluência dos dois cursos separados, e nenhum sinal talvez que lembre, na figura peninsular do porvir, a ilha discutida de agora.

Flexa Ribeiro

A ARTE ORNAMENTAL DOS ÍNDIOS BRASILEIROS, UMA REVOLUÇÃO DECORATIVA.

Há verdades que são paradoxos irradiantes. Quem, afinal, já conseguiu estabelecer outra diferenças, que não esta, entre verdade e paradoxo? – Uma verdade nova: e nada mais.

Pois não é caso de dizer-se que o período de mais forte sensibilidade artística do Brasil existiu ... antes dele ser descoberto?

O que aí se declara com terrível tranqüilidade surgirá na mente descuidosa do leitor atento como impudente paradoxo. E, naturalmente, a visão do Brasil tribal aparecerá em toda a sua inerte primitividade.

Um simples exame, no capítulo das artes decorativas, em alguns vasos marajoaras – que o Museu Nacional e o do Pará possuem – será o suficiente para que o meu modesto asserto se alevante como realidade sugestiva.

Longe de mim pretender estudar, nesta singela crônica do dia de Vênus, as origens remotas dos selvagens brasileiros.

Do ponto de vista estético, quer se aceite o padrão das similitudes espontânea, quer se prefira que a emigração asiática tudo explique, - o fato impressionante é que o selvagem brasileiro havia chegado, já antes da vinda dos portugueses, a um alto grau de cultivo artístico, tendo instintivamente, descoberto todas as leis fundamentais da composição decorativa.

Sem que já se tenha fixado o quadro evolutivo das épocas artísticas do indígena do oriente americano, não é difícil verificar-se, como dado constante, que o espírito dos primitivos brasileiros busca, não sòmente enfeitar a pança dos vasos e o colo das urnas funerárias, mas descobrir também o acorde necessário entre os diversos elementos cerâmicos, tanto na forma como no ornato. É visível o desejo de constituir um total harmônico.

Além desses pontos que são essenciais na composição decorativa, convém não esquecer a função do objeto e sua utilidade. Pois até esses dois últimos elementos foram sentidos, com visão de conjunto, pelo aborígene sul-americano.

Se nem sempre é fácil a leitura de uma composição dos selvagens, não é que as leis da forma briguem com as do ornato, obscurecendo a claridade necessária

para a compreensão. E sim que não estamos familiarizados com aquela linguagem, ao torneio daquelas expressões.

A primeira impressão que se recebe diante de um vaso de Marajó é que o cruzamento de linhas, o embricado de motivos, constituem uma desordem, onde não é possível ler o pensamento do decorador. Ainda com esforço, na energia abstrata de sòmente ver a geometria da cerâmica, nem sempre nos é fácil compreender o que aí foi escrito.

Mas exame atento, detido inquerido na lógica constante dos eixos estruturais, de certos paralelismos, das aparentes assimetrias, das árias de contornos que se aparentam, e são inolvodáveis – acabarão por demonstrar que aquela obscuridade inicial não passa de incompreensão nossa.

E quando surpreendemos o mecanismo inteiro da composição do índio, - como se a afastássemos numa espécie de perspectiva das idéias – é que vemos como todo o conjunto obedeceu a regra que são existenciais àquele gênero artístico.

* * *

Ainda há dias, eu tive o agrado de ver uma série de cópias de vasos de Pacoval, em Marajó. Em muitas dessas composições decorativas, extraídas dos potes marajoaras, era evidente a reminiscência persa. Mas em muitos registos, o que melhor se assinalava era a variedade de certos motivos que os persas não conheceram.

Em um desses desenhos. – que hábil ceramista me exibia – brotava, admirável, a interpretação que se havia dado ao Sapo-boi.

No que do batráquio se houvesse feito uma estilização, no sentido que geralmente se entende, mas, sim, uma espécie de transcrição. E o animal, espaçado, se inscrevia com vigor, elegância e volume, nas ciclóides e espirais que completavam o pano ornamental.

Era exemplo bem significativo: uma admirável lição.

E nem sòmente nesse motivo a interpretação da natureza era feita com a inteligência ornamental. Em outros registos também se evidenciava como os selvagens brasileiros davam à arte decorativa um caráter próprio, como significação definida, refletindo, no sensível dos painéis, a síntese das idéias que eles formavam das coisas e dos seres, como dos elementos naturais, dispersos e unidos ao mesmo tempo.

Não era, portanto, o ornato simples enfeite arbitrário. Como na grande arte, ele entrava em correspondência nas leis da harmonia.

Para mim, o caso se alça de valor: e vem significar a larga torrente de qualidades instintivas que o pendor artístico exige para chegarmos à originalidade em criação.

Segundo penso, o oleiro indígena visava, de princípio, sòmente a utilidade. Mas, como tinha lazeres, e o ingênito sentimento do enfeite lhe mordia o espírito, ele começou a povoar os espaços vazios.

Mas faria esquiço de conjunto? Entregar-se-ia a estudos de pormenores?

Ou – quem sabe? – veria sempre o conjunto, antes de se deter nas minudências?

Tocar em tais questões é tentar desvendar a própria gênese da arte.

* * *

Não me é possível dominar a importância avassaladora do problema. Sòmente quis chamar a atenção para a valia excepcional que teria para as artes industriais, e para o Brasil em especial, se estudos se fizessem em todo o copioso material que os selvagens deixaram.

Na hora presente seria maravilhosa renovação decorativa de que a França se apossaria, para dar ao mundo, como novidade de última moda.

Mosaicos, ladrilhos, tapeçarias, papel pintado, móveis, estamparia de chitas, todo esse vasto mundo das indústrias artísticas deixaria por um momento os estafadíssimos Luiz XIV, Luiz XV e XVI.

Nunca o espírito da arte moderna esteve, como agora, tão próximo da concepção dos selvagens brasileiros, tanto no ponto de ornamento geométrico e floral, como no das harmonias de cores.

Rio de janeiro, 20/2/1925.

Publicado em O PAIZ – Alves de Sousa, diretor.

O CIVILIZADO GASTÃO CRULS

Conhecer Gastão Cruls foi para mim uma das dádivas preciosas do Rio. Mais de uma vez nesses vinte anos, ao dar balanço às excelências da cidade, excelências que lhe são específicas e não dependem da varia fortuna da Capital, coloquei entre elas a pessoa dêsse carioca do Morro do Castelo, de Laranjeiras e do Alto da Boa Vista. E se cresciam com o tempo os motivos de desgôsto com a metrópole, que por culpa de tantos se ia tornando um ajuntamento sem nexo e sem paz, sempre sobravam algumas qualidades para salva-la na estima geral. "Sim, tudo isso é verdade, mas entre outras virtudes que não terminam, o Rio tem Gastão Cruls" - podia eu dizer comigo mesmo, e isso bastava.

Êle era carioca no sentido de um Rio antigo, porém não antiquado, encoberto, mas vivo, sob as camadas mais recentes de desenvolvimento urbano. Um Rio culturalmente definido, realizado - civilizado. Conhecia bem sua cidade, o semblante que ela ostentou em cada período, o motivo de uma inscrição, a história de um solar ou de uma família, e condensou tudo isso, com escrúpulos de historiador, no melhor livro que temos sôbre o Rio de Janeiro. Mas compreendia muito bem, de instinto e pela formação intelectual, a missão própria de um verdadeiro carioca, que é a de ser um observador geral do Brasil, um estudioso da vida brasileira, homem que não pode permitir-se, como os outros, o luxo de ser particularista, mineiro, gaúcho, baiano. E estendeu sua curiosidade ao recanto menos conhecido de todos no país, a Amazônia, fixando-a em três livros de sabor diverso mas concordantes na essência: um diário de viagem, um romance e um inventário de artefatos indígenas, aves e flôres. Sendo êle mesmo, pela origem - como lhe chamou Gilberto Amado - "uma grande flor flamenga", podia vangloriar-se de reunir os três valores básicos do melhor metropolitano: o traço localista, o sentimento nacional e o espírito universalista.

De nada, porém, se vangloriava: sua modéstia assumia a forma encantadora e ao mesmo tempo altiva, que nem todos os grandes merecimentos sabem tomar; o homem de fina e polida conversação não fazia praça de conhecimentos, mas sabia produzi-los no fluir descansado da palestra; e às academias preferia o comércio dos amigos.

No dom da amizade residia o segrêdo da forte sedução humana encarnada por Gastão Cruls. O esguio, sêco e nervoso cidadão, pouco dado aos derrames tropicais da familiaridade, era sabidamente dos mais atentos, pontuais, delicados e imaginosos amigos. O homem que não constituíra família tinha ternura bastante para integrar várias em redor de si, e às quais se ligava por afinidades eletivas. Para uma delas, por exemplo, era o "homem das quartas-feiras", que nesse dia, durante anos e anos, se sentava no mesmo lugar à mesa e continuava o diálogo interminável da amizade, feito de pequenas notícias, de comentários graves, de confidências e silêncios. Na dedicatória da "Hileia Amazônica" a Rodrigo M. F. de Andrade, as "nossas quartas-feiras" têm o valor simbólico e ritual de um entendimento perfeito, pela existência afora; Cruls se realizava na comunhão fraternal, e algumas de suas maiores dores seriam as da perda de amigos como Roquette Pinto, Américo Faco, Miguel Osório, Antônio Torres e outros menos ilustres e até humildes: pessoas que podiam mesmo não se afinar ou não se conhecer umas às outras, mas que se intercomunicavam, se entendiam luminosamente em Gastão Cruls.

Sua obra de ficção comoveu; impressionou fundo os leitores, narrando mais de uma singularidade ou mistério da natureza humana, revelando paixões em atividade. Quando morre um romancista assim, e precisamente se, como êle, trabalhava em um novo livro, fica-se com pena das personagens que, com essa morte, perdem uma esperança de existência ideal; mundos que deixarão de ser criados.

Homem de estudos, amigo da natureza, escritor de imaginação, seus talentos se engastavam em raro estôfo moral - são muitos Gastão Cruls cuja perda sentimos de uma só vez, ao perdermos o civilizado Gastão Cruls.

CORREIO DA MANHÃ
9 - 6 - 59

C. D. A.

Folha do Norte

Diretor: PAULO MARANHÃO — Gerente: JOÃO MARANHÃO BELEM-PARA — Domingo, 15 de Abril de 1939 JORNAL MATUTINO, COTIDIANO E INDEPENDENTE ANO 52 — NUM. 17.748

Comentário do Dia

A HYLÉIA NA OPA (II)

NEM BEM se fechára o ciclo solar de 24 horas sôbre o nosso comentário de quarta-feira última - em que apoiamos a participação da Amazônia na Operação Pan-Americana de Buenos Ayres - e a imprensa traz a alvissareira notícia que o chanceler Negrão de Lima assegurára ao senador Lameira Bittencourt estar a Hyleia incluída entre as áreas subdesenvolvidas do Continente, a serem beneficiadas pelos programas que terão prioridade nas discussões daquele simposium.

Evidentemente, o projeto do representante do Pará merece ser estimulado por tôdas as fôrças econômicas e políticas da Planície, em movimento de unanimidade e coesão, nos moldes de ação dos paulistas quando assumem a defesa de interêsses da Paulicéa. E essas fôrças, que no Pará interpretam o pensamento da opinião pública e dos homens de govêrno, estão no dever de um pronunciamento encorajador junto ao ministro do Exterior, não sòmente em vista de ser o líder da maioria no Senado o autor da idéia vitoriosa, como, principalmente, porque o nosso Estado mantem posição principal entre as Unidades amazônicas. A Associação Comercial do Pará e a Federação das Indústrias são naturalmente os órgãos indicados para traduzir ao ministro a solidariedade das classes que representam.

Levar a Amazônia ao forum da Operação Americana, onde entrarão em debate problemas sociais, econômicos e financeiros de alta repercussão nos Estados Americanos, já será uma forma adequada de atrair para esta Região a atenção do mundo ocidental europeu e norte-americano, que dispõem hoje de imensas reservas de capitais à procura de boas inversões. E é no conclave do Rio da Prata que se desenvolverá o jôgo das competições, desencadeadas na corrida às melhores posições dentro dos planejamentos.

Se não estivermos preparados com esquemas realistas, baseados em documentação segura e exata do sub-desenvolvimento da Amazônia - uma espécie de Raio X das causas e efeitos - de certo não lograremos classificação vantajosa no "Comité dos 21", que nos habilite a enfrentar situações competitivas, por exemplo as dos Estados do Sul, com suas reivindicações melhormente organizadas, estudadas e de soluções já indicadas a cada problema que lhes afete a economia. Em matéria de planejamento e de estudos pragmáticos sôbre assuntos amazônicos, o que temos mais à mão ainda é o Primeiro Plano Qüinqüenal da Valorização, perfeitamente atual, sinopse onde se encontram seriados pela sua incidência hierárquica os principais problemas do Vale, de par com informações verazes, dados estatísticos, esquematizações e soluções das questões que interferem na recuperação do homem, sua educação, seu passado de coletor extrativista e sua economia deficitária. Tirando êsse catálogo-índice, o que resta são monografias, algumas excelentes, mas de difícil obtenção atualmente.

Armados assim com o documentário, de que poderia ser portador e explicador o próprio titular da SPVEA, cujos planos de trabalho e dificuldades de execução conhece melhor que ninguém, - estará o Itamaraty de posse de elementos que facilitam sua tarefa. Se alcançarmos posição relevante na OPA, isto é, se os representantes do Brasil, com o sr. Augusto Frederico Schmidit à frente, não omitirem nem sabotarem a Amazônia, pode ser que comece para a Região uma nova era. O que se realizou em Israel e está realizando na África, como ataque cerrado ao atrazo, ao analfabetismo, à doença, ao sub-desenvolvimento enfim, é alguma cousa de espetacular. Pena que não possamos neste curto palmo de prosa, fazer uma demonstração aos leitores. Até o deserto do Sahara já se pensa em transformá-lo num vergel. A técnica moderna, a serviço do capital - estrangeiro ou nacional, não importa - faz milagres. Porque a Amazônia não será teatro de prodígios semelhantes? Teremos de eternamente viver como pobretões ignorantes que não sabem tirar partido das riquezas que nos cercam? Ou como mendigos de mão estendida para as incertas verbas federais?

O Matutino de Maior Tiragem da Capital da República

Diario de Noticias

RIO DE JANEIRO

Domingo, 24, e Segunda-feira, 25 de Maio de 1959

Fundador: ORLANDO DANTAS

Rua Riachuelo, 114 e 116

Telefone: 42-2010 (Rêde interno)

Fundado em 1930 — ANO XXIX — Nº 11 208

Propriedade:
S. A. DIARIO DE NOTICIAS
O. R. DANTAS, presidente;
Manoel Magalhães Machado, tesoureiro;
Aurélia Silva, secretário.
ASSINATURA:
Ano: Cr$ 800,00; Semestre: Cr$ 500,00

EDIÇÃO DE HOJE: 4 SEÇÕES; 32 PAGINAS
Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro
Dias úteis - Cr$ 1,00 — Domingos - Cr$ 0,80
São Paulo — Dias úteis Cr$ 1,50, Domingos Cr$ 0,80

NOTICIAS DO EXERCITO

Exército na Supervisão do Povoamento e Colonização

RODOVIA BRASÍLIA-BELÉM

O DECRETO 45.771, de 9 de abril de 1959, publicado no D.O. da mesma data, referendado pelos ministros da Justiça, da Guerra, da Fazenda, da Viação e da Agricultura, atribui ao ministro da Guerra a ocupação e a coordenação das medidas e providências relacionadas com o povoamento inicial da BR 14, no trecho compreendido entre as localidades de Guamá (PA) e Gurupi (GO), ambas exclusive. O próprio decreto enumera as razões que levaram o govêrno a entregar ao Ministério da Guerra tão relevante e nobre missão e, entre elas, podem ser destacadas as seguintes: a experiência já adquirida pelo Exército na ocupação de trechos da fronteira amazônica e a semelhança desta com aquêle trecho de estrada pouco humanizado e atravessando uma grande extensão de floresta; a conveniência de realizar um povoamento ordenado e racional que garantisse, inclusive, a manutenção do tráfego pela estrada; a necessidade de preservar de devastação o valioso patrimônio que constituem a flora e a fauna amazônica; o ponto crítico de importância militar que será a ponte sôbre o rio Tocantins e a preocupação de resguardar, para o Ministério da Guerra, áreas destinadas à instalação de depósitos e outras organizações militares, sempre distantes de centros povoados.

Existindo, desde 1944, no Estado-Maior do Exército, um grupo de estudos para os assuntos militares da Amazônia, foi o mesmo encarregado do planejamento necessário à melhor execução do referido decreto, tanto mais que conta, entre seus assessores, com representantes das Diretorias de Intendência, Obras e Saúde, órgãos que indiscutìvelmente deveriam ser ouvidos no planejamento da execução do ordenado.

O grupo em questão realizou seu exame preliminar, plenamente aprovado pelo chefe do Estado-Maior do Exército e sentiu quanto seria oportuna e valiosa a colaboração do Ministério da Aeronáutica e de outros órgãos da administração civil como o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, o Serviço de Proteção ao Índio, o Instituto Agronômico do Norte, o Serviço Especial de Saúde Pública, o Departamento Nacional de Endemias Rurais, já citados no decreto, e outros, entre êles, por exemplo, o Patrimônio da União e o Ministério de Educação e Cultura. Êsse estudo fêz ressaltar também que urgia escolher regiões para instalação imediata de Postos Militares Especiais, como embrião dos futuros núcleos coloniais, a fim de criar um ambiente tranqüilo e seguro desde a ocupação pelos primeiros colonos selecionados. Daí ser aconselhável um reconhecimento inicial.

O mesmo reconhecimento, realizado entre os dias 4 e 7 do corrente, contou com a presença, além dos oficiais integrantes daquele grupo de estudos, do Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cuja entidade, pelo artigo 4º do decreto, será o órgão financiador do empreendimento, e de um representante do Gabinete Militar da Presidência da República.

O Estado-Maior do Exército já encaminhou ao ministro da Guerra as conclusões iniciais indicadas pelo reconhecimento, propondo as medidas conseqüentes, e prossegue em seus estudos, agora na fase em que julga oportuna a cooperação daqueles organismos civis apontados anteriormente, donde cogitar-se de um contacto direto para troca de idéias nos próximos dias, o qual deverá preceder um segundo reconhecimento de detalhe, com a participação também das autoridades por êles credenciados.

O Ministério da Guerra, incumbido de supervisionar o povoamento e a colonização da BR 14, no trecho menos humanizado e de condições naturais mais agressivas, vem, pois, procurando planejar sua execução com especial atenção e zêlo; mas não pode, nem pensa, realizá-la sem a imprescindível e abalizada assistência da FAB e de entidades civís de reconhecidos méritos, cuja colaboração será, sem dúvida, a razão de ser do êxito esperado pelo govêrno ao determinar uma ocupação ordenada ao longo daquela rodovia. Busca-se, assim, fugir aos insucessos inevitáveis que decorreriam não só de iniciativa individual predatória, como também de empreendimentos de grupos aventurosos, mas faltos do apoio econômico e técnico que só o govêrno pode proporcionar.

Os estudos continuarão integrando civís e militares uma só comissão, porém já fôram propostas providências que objetivam acautelar os interêsses e o trabalho pacífico e proficiente dos futuros colonos destacados para uma região que anseia por concorrer melhor na economia nacional.

O TENENTE BARATA

Conheci Magalhães Barata em circunstâncias muito especiais. Estávamos sob o govêrno Epitácio, no aceso da campanha contra a candidatura Artur Bernardes. O Rio vivia um período de agitação terrível.

Naquele tempo não havia greves, reivindicações operárias, salário mínimo, sindicatos, pelegos e "tutti quanti". Era sòmente a política que provocava as manifestações do povo e que manifestações!

Também não havia a Polícia Especial. Os comícios, geralmente no Largo da Carioca ou no Largo de S. Francisco, eram dispersados pela Cavalaria da Polícia Militar. Acontecia essa violência quase sempre ao cair da noite, quando os "meetings" atingiam maior animação e virulência.

O povo estava preparado. Anunciada a aproximação da cavalhada, pelo tropel que de longe se ouvia, populares se encarregavam de espalhar rôlhas de cortiça pelo asfalto, de forma que, ao se iniciarem as correrias, os cavalos iam escorregando e caindo com os cavaleiros, debaixo de estrondosas vaias, que irritavam profundamente a fôrça repressora.

Numa dessas manifestações, no Largo da Carioca, foi que conheci Magalhães Barata, ainda segundo-tenente, revolucionário já, dos mais exaltados, contra o bernardismo. Vínhamos do episódio de 22 no Forte de Copacabana e da revolta da Escola Militar do Realengo. A população vibrava ao lado dos rapazes expulsos daquele estabelecimento de ensino. Barata não era um líder da classe, mas tinha sangue quente.

A cavalaria foi recebida ao som do "Ai seu mé" e desceu a espada sem dó nem piedade. Muita gente procurou abrigar-se na redução do Correio da Manhã, enquanto seus redatores discursavam das janelas e jogavam cadeiras na soldadesca.

Em dado momento, cavalarianos tentaram entrar no andar térreo do jornal, em perseguição aos populares. Foi aí que se viu um jovem atarracado, de revólver em punho, enfrentar os perseguidores e obrigá-los a um recuo precipitado debaixo de gritos e assovios da multidão. Êsse jovem, levantado em triunfo pela massa que no local se comprimia, era o tenente Magalhães Barata, que depois foi prêso, deportado para Tabatinga, de onde fugiu a fim de continuar nas suas atividades revolucionárias.

Ainda existe muita gente daquela época. Não sei se existirá, porém, quem tenha a coragem de assumir uma atitude daquelas que Magalhães Barata assumiu, não só arriscando a vida como jogando o seu futuro.

Era homem firme na sua maneira de pensar e de agir. Não enganava ninguém. E, ao que me informam, detentor de uma honestidade pessoal de que a ausência de fortuna em que morreu é um atestado, depois de ter sido interventor, governador por duas vêzes, senador da República. Terá praticado violências, mas nos últimos tempos vivia uma vida pacata, procurando de tôda maneira evitar brigas no Estado, para o que por mais de uma vez estendeu a mão aos adversários. Em todo caso, lutador intemerato, lutou até o fim, inclusive contra a terrível moléstia que afinal o venceu.

All Right

CORREIO DA MANHÃ
30-5-59

COSME FERREIRA FILHO

ESCREVEU PARA O "JORNAL DO BRASIL"

BORRACHA DÓLAR VERSUS BORRACHA CRUZEIRO

O recente encontro de técnicos e entendidos, promovido pelo titular da pasta da Agricultura, para, numa conferência de alto nível, estudar medidas destinadas a provocar o aumento da produção de borracha, teve a virtude de revelar aspectos e ângulos desse importante setor econômico, até então ignorados.

Ficou seguramente comprovado, com base nas estatísticas e contribuições apresentadas e examinadas:

a) que o consumo de borracha pelas indústrias nacionais, no período de 1958 a 1965 (8 anos), será de, aproximadamente, 600.000 toneladas;

b) que a produção interna da borracha, oriunda dos seringais da Amazônia e das plantações em crescimento, não ultrapassará, nesse mesmo espaço de tempo, 230.000 toneladas;

c) que a produção de borracha sintética, a partir de quando montada e em funcionamento a projetada fábrica de elastômeros, deverá contribuir, entre 1962 e 1965 (4 anos), com 160.000 toneladas.

Somados os contingentes das duas fontes de suprimento citadas, teremos, em relação aos próximos oito anos, o seguinte quadro:

Produção estimada	390.000 toneladas
Consumo previsto	600.000 toneladas
Déficit da produção	210.000 toneladas

Onde ir buscar esses milhões de quilos de borracha, para atender às

indústrias brasileiras, que não devem e não podem parar ou reduzir sua velocidade, sob pena de grave comprometimento de nossa expansão, sobretudo no que respeita à fabricação de automóveis?

Se formos procurar no exterior esse enorme volume de matéria prima, terá a Nação que despender à roda de 140 milhões de dólares ou sejam, a um câmbio simbólico de 100 cruzeiros por dólar, quatorze bilhões de cruzeiros. Constituiria, na realidade, a solução mais simples, se não faltassem libras ou florins. Solução, de fato, primária, evidentemente cômoda, mas, por certo, de exeqüibilidade trabalhosa, diante da escassez de divisas, dia a dia, mais aguda. Escassez que atingirá seu clímax, segundo abalizados conceitos, quando nossa próspera e festejada indústria automobilística começar a exigir câmbios ilimitados para importação de seus componentes de fabricação estrangeira, sejam peças especializadas, aços de têmpera apropriada, além de quantidades maiores de combustíveis.

Haverá, nessa altura, como já existe agora, imperativa necessidade de poupar divisas, obtendo-se, dentro do país, tudo aquilo que nossas indústrias e nosso solo possam oferecer.

E o que será mais aconselhável? Aplicar aquêles quatorze bilhões de cruzeiros na importação de borracha asiática ou destina-los a incentivar a produção de borracha silvestre na Amazônia? Despojar a Nação daquela enorme soma ou aplicá-la na recuperação, em bases racionais, das nossas áreas produtoras de goma elástica?

Note-se que o problema dessa recuperação em nada colide com o empreendimento heveicultor, que deverá, simultaneamente, ser conduzido em marcha acelerada. Serão operações paralelas, ambas, porém, convergindo para o mesmo fim: a auto-suficiência do país, no que concerne à sua crescente necessidade de borracha.

Caminha o Brasil para uma situação que sob muitos aspectos, se assemelha à das Nações Unidas, no decurso da última guerra. A borracha era, então, matéria prima estratégica, essencial à vitória dos povos livres, como é, agora, fundamental para nossa sobrevivência como nação, que se empenha numa valorosa campanha pacífica, para sua expansão industrial. A exemplo do que ocorreu, naqueles dias tumultuosos e ensangüentados, torna-se indispensável uma nova BATALHA DA BORRACHA, para que o Brasil supere a escassez dessa matéria prima, evitando um colapso que seria fatal à sua progressão econômica. Embora sob pressões diferentes, as duas situações se equivalem pela identidade de objetivos. Naquela emergência internacional, não havia onde obter borracha, no caso brasileiro, não há divisas para comprar borracha.

Não alimentemos ilusões. Comprometido, como se encontra, o balanço cambial do país, com imprevisíveis possibilidades de agravamento, só lhe resta um caminho a seguir: usar a prata de casa, comprar borracha a trôco de cruzeiros. Cruzeiros que se fabricam, quando necessários. Cruzeiros que serão aplicados na região amazônica, contribuindo, poderosamente, para seu desenvolvimento.

É óbvio que não preconizamos nem aceitaríamos uma nova batalha da borracha, inçada de vícios e dos erros que desmoralizaram a primeira. Sugerimos, sim, um empreendimento, planificado à luz da experiência e levado a efeito através de uma política de produção mais agressiva. Política de atuação mais corajosa, implicando vasta mobilização de recursos financeiros e de material humano, visando a um intensiva mobilização dos seringais nativos, dentro de programas e de métodos realísticos, que não foram considerados na experiência anterior. Política que, tendo por objetivo imediato o aumento da produção da borracha, representasse, simultaneamente, primeiro e decisivo passo para a transformação dos seringais em unidades econômicas disciplinadas e pontos de partida para o lançamento da heveicultura na área amazônica.

Fixamos nossas observações em um período confinado entre datas pouco distanciadas, com o objetivo de aproveitar a cobertura estatística, de indiscutível autenticidade, que nos proporcionam as avaliações cautelosas da Comissão Executiva de Defesa da Borracha.

Não se deve supor, entretanto, que se trata de um processo a termo fixo, com data prevista ou presuntiva de encerramento, que foi uma das características da inesquecível batalha da borracha. O suprimento dessa matéria prima às indústrias nacionais, a partir de 1965, mesmo em presença de fontes novas de abastecimento, que seriam a fábrica de elastômeros e os seringais de cultura, a serem plantados em São Paulo, na Bahia e na própria Amazônia, continuará deficitário.

A interpretação das estatísticas em que nos apoiamos revela um aumento de consumo da ordem de 101,85% entre 1948 e 1957. admitida essa progressão de crescimento, dentro de 30 anos, o parque industrial brasileiro estará absorvendo acima de 500.000 toneladas de borracha. Nosso consumo que foi "per capita", de 64 gramas em 1931, de 654 gramas em 1957, deverá situar-se à roda de 5 quilogramas em menos de três décadas, quando o país acusará população d ordem de 100.000.000 de habitantes.

Não estamos raciocinando ou deduzindo arbitrariamente. Temos o direito de conceder ao Brasil a possibilidade de encontrar-se, em 1988, com o mesmo grau de desenvolvimento populacional e econômico, que apresentavam os Estados Unidos em 1937, quando seu consumo de borracha já era da ordem de 592.000 toneladas.

As peculiaridades de nossa evolução, onde os transportes rodoviários e por aerovias têm absoluta prevalência; o advento da indústria automobilística e de outros veículos que rodam sôbre pneumáticos; a inadiável mecanização de nossa lavoura, exigindo dezenas de milhares de tratores de todos os tipos, são poderosos fatores de ampliação do uso da borracha no país. A pressão dêsses fatôres se faz sentir, desde agora, e continuará, ininterruptamente, impondo a mobilização de tôdas as fontes de produção, tanto imediatas, como a médio e a longo prazo, na ordem em que se escalonam os seringais nativos da Amazônia, as fábricas de sintéticos da goma elástica e as plantações de seringueiras.

Por conseguinte, não apenas os 140 milhões de dólares, montante em que estimamos o valor das importações de borracha para complementação das necessidades brasileiras, entre 1958 e 1965, deverão ser ponderados. Muitas outras centenas de milhões de dólares terão que ser dispendidos nessa complementação, porque a velocidade do aumento do consumo industrial da borracha, que é simples problema de ampliação ou de instalação de equipamentos, dificilmente será acompanhada pela produção agrícola, que exige um mínimo de sete anos, entre a operação de plantio da seringueira e a primeira colheita de látex.

Não há porque deixar de canalizar para a Amazônia, através de um programa racional de mobilização de suas áreas, onde a seringueira é um denominador comum da cobertura florística, a maior parte daqueles 140 milhões de dólares previstos a curto prazo (1958/1965) e o valor total, em cruzeiros, das divisas que serão necessárias, nos anos subseqüentes, para importação de borracha.

Os benefícios dessa política de investimentos, na Amazônia, de recursos que, fatalmente, teriam de ser drenados para o exterior, operarão num duplo sentido: economia de divisas e ajuda financeira, direta, à região.

Não estamos preconizando a continuidade, pura e simples, do estrativismo da borracha, em têrmo de comercialização primária, onde esta funciona como moeda para a compra de mercadorias essenciais, a preços estronômicos. Pretendemos coisa diferente. Pretendemos a utilização dos dólares, que se destinam à importação de borracha como instrumento de mobilização dos recursos da Amazônia, da terra e do homem, através de ação planificada e contínua. Ação que teria como finalidades conseguir o aumento das safras regionais e, do mesmo passo, a transformação dos seringais em unidades econômicas disciplinadas e saudáveis. Há a objetar-se que isso é tarefa extremamente difícil, uma vez que implicaria a própria transformação dos elementos fundamentais da cultura regional, tôda ela impregnada, quase secularmente, dos hábitos e das características do extrativismo expedicionário, em normas de trabalho sedentário; implicaria a substituição de uma economia individualista e tìpicamente monetária, por uma

economia comunitária, de auto-suficiência, envolvendo a ordenação do trabalho nos seringais, de auto-suficiência, envolvendo a ordenação do trabalho nos seringais, com vista aos interêsses dos seqüestros humanos nêles sediados. Difícil, realmente, porém, não impossível, porquanto isto nada mais representaria, na quase totalidade dos casos, de que um reencontro da própria personalidade improvisada do seringueiro, com sua personalidade original, de agricultor, artesão, vaqueiro, ou de um simples trabalhador não qualificado. Estamos em presença de um reencontro ou de uma reconstituição de cultura, desviada de sua cristalização primitiva, pelas fôrças inelutáveis do destino, que converteram aquêles agricultores, vaqueiros, artesões ou simples parasitas de um determinado campo social, em máquinas de fazer borracha, nos seringais da Amazônia. Reencontro do homem com os seus próprios hábitos, tendências e preferências originais, apenas sob condições ecológicas diferentes, que exigem adequado processo de adaptação ou reajustamento.

Teria que ser abandonado o "slogan", que chegou a ser ameaça ou espantalho, do recrutamento de trabalhadores para os seringais, necessàriamente substituído pela conclamação de homens para trabalhar na Amazônia, em tarefas agrícolas, florestais ou de outro qualquer tipo. Seriam êles chamados a construir aqui um novo lar, uma nova sociedade sem que o seu destino fôsse, deliberadamente uma estrada de seringueiras, na solidão opressiva da selva, onde não deverá chegar, como seus antecessores, escravisado a dívidas jamais ressarcíveis com o resultado de seu trabalho na colheita e defumação do látex.

Condições melhores de instalação nas áreas de trabalho, métodos modernos de corte das héveas, do tratamento do látex, eliminando o penoso processo de defumação, tarefas agrículas de seu agrado para produção de alimentos sadios e a baixo custo, prêmios em dinheiro por seringueiras plantadas, orientação adequada ao seu comportamento no novo ambiente social, climático e econômico, para onde foi transferido, deverão ser coordenados para que os contingentes humanos trazidos para a Amazônia se aculturem e se fixem na região.

É apressado o conceito de que os índices de produção da borracha de origem florestal não podem ser duplicados ou triplicados, com relativa rapidez. Seria, realmente, verdadeiro milagre se isto viesse a ocorrer, nas atuais circunstâncias. O preço atribuído ao produto, muito aquém de sua aquivalência internacional, considerada a desvalorização do cruzeiro; os preços inflacionados que o seringueiro paga pelo que consome, importado do Sul ou do exterior, o gravame dos impostos estaduais e municipais, as condições sub-humanas em que é forçado a viver com sua família, a completa ausência de orientação técnica para maior rendimento de seu trabalho, a falta de assistência sanitária e educacional, a

inexistência de estímulo à diversificação de suas atividades, em iniciativas domésticas, nos planos de agricultura e da pequena pecuária, são as grandes barreiras que impedem aquela multiplicação do volume das safras.

Desde, porém, que estas falhas do problema existencial do seringueiro ou do trabalhador florestal da Amazônia sejam atendidos, está fora de dúvida que aquelas duplicação ou triplicação do volume serão alcançadas. O que se torna necessário é levar a efeito êsse movimento de transformação dos seringais, que se vêm aconselhando e preconizando, há dezenas de anos, mas que, em nenhuma ocasião se tornou efetivo, quer por iniciativa privada, quer através da ação dos poderes públicos.

Em que pese a êsse desinerêsse generalizado pela solução de um problema, que se transfere do âmbito dos interêsses regionais, para os da própria Nação, há exemplos isolados da exeqüibilidade dos processos de transformação dos seringais em unidades econômicas definidas e com inteira capacidade mover os responsáveis por sua execução. Existem também, reduzidas áreas, onde o extrativismo da borracha se asocia à agricultura de pequeno ciclo e à pecuária, gerando condições acentuadamente satisfatórias.

É óbvio que, enquanto a experiência de mobilização dos seringais amazônicos, em bases racionais e planificadas, não provar o contrário, permanecerão de pé os argumentos ditados pela lógica e pelo bom senso, em função dos quais se torna quase imperativo elegê-los como primeira e imediata fonte de suprimentos de borracha às nossas indústrias. Encaminhando-se para essa operação o valor dos dólares que deverão ser destinados à compra dêsse produto no exterior, respeitadas, evidentemente, as circunstâncias cruciais em que essa medida se torne intransferível, teremos o ensêjo de ver comprovada ou desmentida a tese ora sustentada.

Quando opinamos, na Comissão Especial de Valorização da Amazônia, sôbre a estrutura a ser dada ao organismo que é, hoje, a SPVEA, tivemos oportunidade de afirmar que, se não cogitássemos, com urgência que requerem as situações de calamidade pública, de promover o imediato fortalecimento das atuais fontes de produção da Amazônia, à sua frente a borrcha, assistiríamos ao desmoronamento vertical de sua economia, e a tarefa de recuperação e de valorização seria extremamente árdua, porquanto iríamos operar num deserto maior de himens e iniciativas.

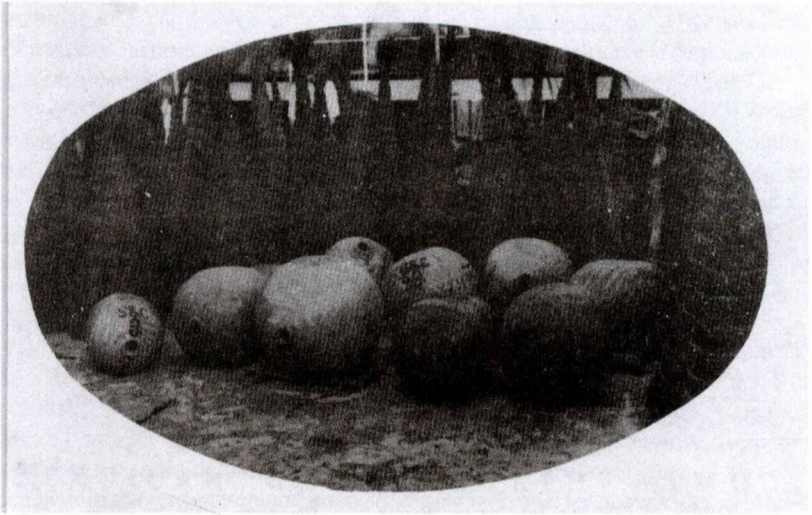
Os conceitos então emitidos ainda se revestem de igual oportunidade. Vem sendo o extrativismo da borracha, embora sob formas rudimentares, tanto no que concerne aos seus processos operacionais, como à organização dos seringais, na estreiteza de suas bases econômicas, o principal, senão o único fator de fixação

do homem na Amazônia interior. Quanto se fizer, no sentido de preservar essa fonte de riqueza, impondo-lhe, entretanto, uma estrutura mais avançada, será valiosa contribuição ao processo de consolidação da economia regional.

Entre as medidass a serem adotadas com semelhante objetivo, deve alinhar-se, em primeiro plano, o encaminhamento dos esforços do Govêrno, por intermédio do Ministério da Agricultura, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e do Banco de Crédito da Amazônia para elevação dos índices de produção da borracha na Amazônia, o que pode ser, em boa parte, conseguido, pela aplicação total ou parcial do valor dos dólares destinados à importação da borracha de que o país necessita, num programa racional de reequipamento dos seringais amazônicos.

Não há porque subestimar ou desprezar essa magnífica oportunidade, em virtude da qual se poderá restituir à Amazônia uma parcela do muito com que ela contribuira para o desenvolvimento do País, quando a borracha figurava, ao lado do café, como segunda e opulenta fonte produtora de divisas. Adotar outro comportamento, será impôr a essa região, onde se confinam quase 3/5 do território nacional, a renúncia a uma posição que deverá ser indesmontável, de fornecedora natural de borracha ao consumo brasileiro, como já o fêz a falta de visão de governos anteriores, permitindo, sem relutância, que lhe fôsse arrabatada a hegemonia da produção da borracha, no plano internacional.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1958.



Série 5ª ★ BRASILIANA
BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA ★ *Vol. 104*

ARAÚJO LIMA

AMAZÔNIA

A terra e o homem

Com uma
"Introdução à Antropogeografia"

PREFÁCIO
DE
TRISTÃO DE ATAÍDE
Obra premiada pela Academia Brasileira

3.ª EDIÇÃO

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
São Paulo — Rio de Janeiro — Recife — Bahia — Pará — Pôrto Alegre
1945

BORRACHA, PROBLEMA DE SEGURANÇA NACIONAL

Gileno De Carli

O problema da borracha, nos tempos modernos, se eleva ao plano de produto essencialmente estratétigo, e de fundamental importância para a vida normal dos povos. Sem borracha não pode haver estabilidade econômica, nem política, nem social. É, como o ferro e a gasolina, dos produtos vitais para a defesa da economia e da soberania ds nações. Com a industrialização e a expansão econômica do Brasil, a indústria de artefatos de borracha tomou um ritmo acentuado. Basta dizer que, em relação ao índice de 1959, a borracha alcançou em 1950 o índice de 962, ultrapassando a siderurgia que na mesma época atingiu o índice 594. Em 1948, existiam no país 120 fábricas de artefatos de borracha, e, em 1954, 330. Em 1948 o investimento nesse mesmo setor era da ordem de 1.200 milhões de cruzeiros, em 1954, 5.000 milhões. No mesmo período o número de empregados sobe de 10 mil para 20.000.

Quanto à produção de pneumáticos e câmaras de ar, de respectivamente 100.000 pneumáticos e 82.000 câmaras de ar em 1939, em 1953 atingiu 2.300.000 pneus e 1.440.000 câmaras de ar.

Para atender as necessidades do consumo em face do deficit de produção nacional, de 1950 e 1954 importamos 36.100 de borracha, com um ônus de 38 milhões de dólares. As importações previstas entre 1955 e 1960 fôram estimadas em 200.000 toneladas, no valor de 150 milhões de dólares.

Até há pouco tempo a borracha sintética só era empregada para o fabrico de pneumáticos e câmaras de ar de automóveis e veículos pequenos. Diversas firmas interessadas na produção de borracha sintética anunciavam a síntese do polisopreno, mas sem uso comercial. Sòmente agora, a United States Rubber Co., de Detroit, iniciou a fabricação pela Shell Chemical Corporation, de Los Angeles, sob o nome de Isopeno Shell. O preço do novo produto é de 30 centavos de dólar o quilo, o que corresponde ao preço atual do melhor tipo de borracha natural. A produção no momento é de 5 toneladas diárias. Atéo fim do ano, com as novas instalações que estão sendo montadas ficará com uma produção anual entre 15 e 20 mil toneladas. Os pneus para caminhão e ônibus eram fabricados até agora com borracha natural, para suportarem grandes cargas e calor exagerados. A nova técnica resolveu êsse problema de alto interêsse econômico, como estratégico.

A grande dificuldade para a criação dessa indústria de borracha sintética no país, à base de álcool, é a do seu custo de produção em face do preço elevado do álcool industrial, sua principal matéria-prima. Sòmente com um preço de competição com a borracha natural ou com a borracha sintética à base de petróleo, se poderá conceber a criação da indústria de borracha sintética à base de álcool.

A preliminar a ser apresentada é aseguinte: Se já vamos ter no país uma fábrica de

borracha sintética com derivados de peróleo, é oportuna a implantação de uma outra fábrica tendo como matéria prima o álcool?

Nos Estados Unidos, país com grande produção própria de petróleo e maior ainda de refino de petróleo, fôram criadas diversas fábricas de borracha sintética, tendo por base o álcool. Por que? Principalmente, por motivo estratégico, de segurança nacional. A indústria de refinação de petróleo nos Estados Unidos se construiu, junto aos poços de petróleo, no Texas e na Califórnia. A grande produção de álcool – álcool de milho, de beterraba, de batata – se verifica ao longo do Mississipi, rumando o Norte, zona de "cornbel", e nas regiões beterrabeiras, no Norte dos Estados Unidos. Procurou-se então construir, também, fábreicas de borracha sintética junto aos centros alcooleiros do país. Depois, nas zonas importadoras de gasolina, qual a garantia que tinham os Estados unidos de receberem petróleo, por via marítima, em tempo de guerra? Que garantia terá o Brasil, se amanhã os mares estiverem bloqueados, de receber petróleo para as suas refinarias do Sul, em ritmo normal? Com a eventual paralisação do trabalho nas refinarias costeiras também ficarão paralisadas as fábricas de borracha sintética que vivem umbelicalmente com as refinarias de petróleo. Por isso, os norte-americanos criaram as suas indústrias à base de álcool, e é por isso, com garantia à normalidade do parque motirizado do país, é que devemos pensar sèriamente no assunto, fabricando uma parte da borracha sintética com álcool.

E é imperioso que isso se faça logo pelas razões que seguem:

Existiam no país, em 30 de julho de 1958, rodando, 875.567 veículos, sendo de automóveis particulares, 348.528; automóveis de aluguel, 88.679; caminhões, 402.075; ônibus, 36.285. Além dêsses veículos, existiam, naquela época, 48.773 tratores e 80.285 veículos pequenos, motorizados ou não, consumidores de borracha. Para êsses veículos, o consumo de pneumáticos e câmaras de ar foi, em 1957, de : pneumáticos, 2.577.000; câmaras de ar, 1.460.000.

O consumo de borracha do ano de 1957 foi de 37.650 toneladas. Da produção nativa se obtiveram 24.342 toneladas, sendo importadas 13.938 toneladas.

Estima-se que, com o advento e expansão da indústria automobilística no país, o consumo de borracha será em 1965 de 85.000 toneladas e em 1970 de 108.000 toneladas. Com todo o esfôrço da ampliação dos plantios de seringueiras no Brasil, a produção nativa não alcançará 50% das necessidades de consumo.

Recuando, porém, de 1970 para o ano de 1965, não computando aumento de consumo em outros setores e tão sòmente no da indústria de automóveis e caminhões, o deficit entre a produção nacional e o consumo é calculado em 56.000 toneladas. Donde virá o suprimento? Do Oriente. Mas, até 1965, Sigapura, Indonésia e Ceilão serão abastecedores do Ocidente, ou serão zonas perdidas, absorvidas pela China e Russia? Rio, 2/6/1959.

Do JORNAL DO COMÉRCIO – Carlos Rizzini, diretor.

INTERÊSSES DA AMAZÔNIA

José Veríssimo

A Amazônia cometeu o erro de por amor da borracha abandonar tôdas as outras fontes da sua riqueza. Cumpre, todavia, reconhecer que tal êrro era não só natural e explicável mas, pode dizer-se, inevitável. Não seria humano que por motivos teóricos, ainda bem fundados, as populações amazônicas preferissem ao trabalho relativamente fácil e altamente compensador de "tirar seringa" os labores incomparavelmente mais árduos e menos lucrativos da agricultura ou de outras indústrias extrativas menos remuneradoras que a da borracha.

Assim as culturas da terra, como essas outras indústrias extrativas, foram quase tôdas abandonadas por amor da borracha. O cacau fôra a principal daquelas culturas. Concorreu notavelmente para o enriquecimento da região e aumento ds suas rendas, e portanto para o seu progresso. Cintudo, foi desleixado de tal modo que a sua produção apenas tem aumentado em proporção mínima, se é que relativamente não tem deminuido. O Baixo Amazonas, onde era a fôrça da sua cultura, onde havia cacoais (é como lá dizem) de 40, 60 e até 80 mil pés, viu há uns quaenta anos s suas populações começarem a abandoná-la, emigrando para os seringais do Madeira, do Alto Amazonas ou do Alto Tapajós. Emtretanto é o cacau a cultura mais adequada e conveniente à Amazônia. Vem ali admiràvelmente bem, com o mínimo de cultivo, e

dá um produto tão excelente que não obstante o seu mau preparo sempre competiu com vantagem com o cacau das Antilhas, da América Central ou da Venezuela. Não exigindo para a sua cultura mais que um diminuto número de braços e um esfôrço mínimo, é a lavoura ideal em uma região onde escasseiam os braços e os que existem refogem a labôres intensos. Um homem basta à cultura total de mil cacoeiros. Êsse mesmo trabalho pode ser feito, e comumente é feito, também por mulheres e crianças.não havendo em todo êle nada que exceda as suas forças. E como é quase todo executado à sombra fresca que fazem os cacoais logo que fecham, convém igualmente a estrangeiros. Na antiga, extensa e contínua linha de cacoais que dantes marginavam certas "costas" do Amazonas andavam-se léguas sem receber mais que algumas réstias de sol. Ao passo que nos anos de 30 as exportações de cacau atingiram de 100 a 170 mil arrôbas a da borracha não ia então além de 600.

Do café foi o Pará o primeiro cultivador e exportador no Brasil. Nos anos iniciais daquele decênio de 1830-1840 exportava de 3 a 6 mil arrôbas, ou sejam de 45 a 90 mil quilogramas (Accioli, Corographia Paraense, Bahia, 1834). Se o cacau conserva ainda na pauta de exportação do Pará o lugar de seu segundo gênero, aliás com o insignificante aumento, em mais de 60 anos, de 250 mil quilogramas, o café, que então entrava nas exportações amazônicas por uns 90 a 100 mil quilogramas, desapareceu dela inteiramente. O mesmo aconteceu com o arroz e o algodão, dos quais dantes se exportavam muitos milhares de quilogramas e de que agora nem um só se exporta.

A borracha não exigia nem capitais, nem trabalhos do primeiro estabelecimento, ou apenas pedia um mínimo de ambos para a sua extração e pagava muito mais

generosamente que nenhuma cultura o só esfôrço de colhê-la. E êste era pequeno para trabalhadores a quem pouco se lhes fava do desconfôrto da vida que levavam nos seringais, vida para a grande maioria dêles, não obstante s misérias sofridas, cheia dos atrativos da licença e indisciplina ali reinantes. Nem viam que os lucros enormes e fáceis que auferiam mal lhes bastavam ao custeio caríssimo da vida acolá.

Muitas vêzes tem sido feito o quadro dessa vida em que, ao menos nas épocas de bom preço da borrcha, aquela licença e indisciplina geral e desordenado viver se misturam de um luxo bárbaro e de um desperdício insolente.

Como quer que seja a borracha acabou por tomar na economia amazônica não só o primeiro lugar ma um lugar único, exclusivo, e tornou-se e há muito que é, a só preocupação das populações, do comércio e dos governantes da Amazônia.

Seria impertinente agora, diante da crise tremenda que verdadeiramente assoberba a explêndida região, e a ameaça de completa falência não só comercial mas econômica e financeira, seria impertinente pormo-nos a moralizar sôbre o caso e lastimar o êrro apontado, o desprêzo de tôda outra atividade que não fôsse a extração da borracha ou a argumentar sôbre as causas próximas ou remotas desta e de iguais crises que sofre ou tem sofrido a Amazônia. Certamente êsse estudo, essas indagações são úteis e necessárias, e espero poder fazê-las. Mas do que agora se trata é de dar remédio ao mal que não é só, como se teima em não vêr aqui no Rio de Janeiro, dessa parte do Brasil mas de todo o país.

Não é preciso, creio, repetir coisa tão vulgarmente sabida como que a borracha amazônica é o segundo produto de exportação do Brasil, e portanto, com o café, um dos dois principais fatôres das sus rendas e da sua riqueza pública; que o Brasil, isto é, a

Amazônia, é hoje o maior produtor de borracha do mundo; que esta situação singular e magnífica o nosso país está ameaçado de a perder por motivo da concorrência ds borrachas estrangeiras, asiáticas, australasianas e africanas. Como comentário basta dizer que exportamos o ano passado perto de 40 milhões de quilogramas no valor aproximado de 91 mil contos ouro. Pois bem, já em 1912 a exportação daqueles nossos competidores, exportação começada há pouco mais de 20 anos, quando a nossa data de 1827, foi superior à nossa, que num total de 99 mil toneladas entrou por 40.500.

A concorrência feita à borracha amazônica pelas borrachas daquelas procedências, concorrência cada vez mais crescente e ameaçadora, favorecida como é pelo mais baixo custo da produção e do frete, não é só um perigo para a economia dos dois grandes Estados do Norte, mas para o mesmo Brasil.

Um distinto escritor patrício, que é aos mesmo tempo um fino poeta e um atilado economista, "coisas que juntas se acham raramente", o Dr. Castro Menezes, muito conhecido e estimado de quantos estudam a economia nacional, num livro que tem em mãos provará com documentos, algarismos e fatos incontestáveis esta coisa em que ninguém talvez antes terá advertido: que a borracha tem maior importância e influência na economia brasileira do que o café. Com efeito, como êle mostrará, a alta da borracha produz um movimento ascencional bastante notável nas exportações do Sul para a Amazônia, de charque, de tecidos de algodão, de conservas nacionais, de açúcar e de outros produtos nossos, movimento que decresce logo que a borracha míngua de preço e vem a crise. Explica-se fàcilmente o fato considerando-se que na alta as regiões seringueiras do extremo norte aumentam de população e a vida nelas nada mais que borracha se produz, e ali se vive muito de conservas de todo o gênero, inclusive e

principalmente a carne seca, e se veste comumente de panos de algodão, êstes produtos nacionais do Sul, e bem assim outros como o açúcar, o café têm ali uma grande saída, que imediatamente se reflete nos mercados sulistas. Demais aqueles trabalhadores de borracha ou seringueiros em número considerável são adventícios dos Estados norte-orientais, do Maranhão a Sergipe. Feito o seu trabalho recolhem à terra natal com os lucros auferidos, dos quais fazem aproveitar os seus Estados nativos, cuja prosperidade, como é fato conhecido, acompanha a da Amazônia. E os que lá ficam e se estabelecem, de lá sustentam as famílias que deixam no seu Estado com suprimentos periódicos de fundos.

Justamente o contrário se dá quando com a baixa da borracha a Amazônia entra em crise. Diminuem as suas relações comerciais e econômicas com o resto do país, com real prejuízo dêste.

Portanto, por todos os motivos, acudir à Amazônia para salvar de completo desastre o seu principal produto é boa obra de boa política econômica nacional.

Do JORNAL DO COMÉRCIO – Rio de Janeiro, dezembro, 1915

* Composto em Vari-Typer e impresso em Multilith na Representação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Rio de Janeiro), à Av. Franklin Roosevelt, - 39 (salas 807 /812) em junho de 1959.

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com